

2008

Plano de Actividades



Matosinhos
Câmara Municipal

Sumário

1. Mensagem do Presidente

2. Áreas de Actividade Municipal

2.1 Comunicação e Imagem

2.2 Auditoria e Modernização Administrativa

2.3 Tecnologias de Informação

2.4 Recursos Humanos

2.5 Estudos Estratégicos

2.6 Educação e Ciência

2.7 Juventude e Voluntariado

2.8 Acção Social e Saúde

2.9 Apoio às Actividades Económicas

2.10 Turismo

2.11 Cultura e Animação

2.12 Gestão Urbanística e Ordenamento do Território

2.13 Ambiente

2.14 Mobilidade

2.15 Segurança e Protecção Civil

2.16 Desporto

2.17 Habitação

3. Gestão Financeira

Mensagem do Presidente



1

Cumprir.
Fixar os objectivos e materializá-los.

Ouvir. Saber ouvir.
Apreender as sugestões e as críticas, dos cidadãos, das oposições, e traduzir as suas preocupações no conjunto.

É desses dois desideratos essenciais – o buscar os compromissos assumidos e o assumir uma postura de abertura democrática – que resulta o plano e orçamento para 2008.



Nele se conjugam os elementos em que se podem traduzir as expressões Simplificar, Estar Perto, Valorizar e Mobilizar as pessoas bem como os desafios que foram sendo colocados à Administração Central, nomeadamente na área da Segurança e da Saúde.

O Plano para 2008 visa, ainda, percorrer novos caminhos no apoio aos idosos, consolidar a aposta na educação, manter uma atenção imprescindível ao ambiente e à mobilidade enquanto tenta consolidar as alterações imprescindíveis que vimos fazendo no urbanismo.

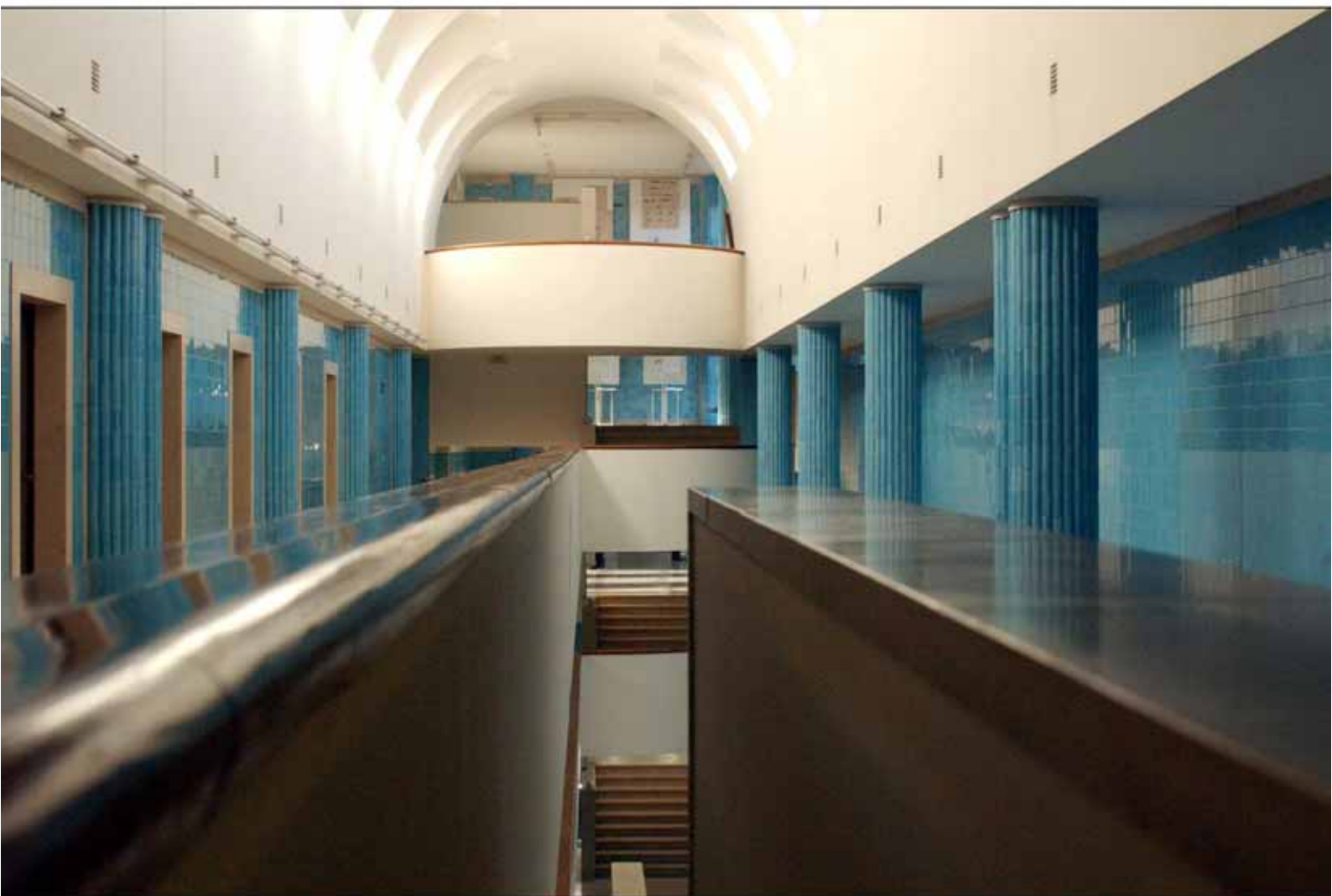
Matosinhos Mar, Movimento e Cultura é a divisa que encontra tradução num vasto programa de iniciativas a estabilizar durante o próximo e é a resposta com que procuramos responder aos desafios do futuro.

Certo que nos compete e que queremos fazer a diferença.

O Presidente da Câmara

Dr. Guilherme Pinto

Áreas de Actividade Municipal



Áreas de Actividade Municipal

Comunicação e Relações Públicas

2

O futuro deverá tendencialmente conduzir-nos para um progressivo reequilíbrio entre os poderes legitimados e a sociedade. As Câmaras Municipais têm uma escala própria que não é facilmente alterável e a sua solidez vai medir-se cada vez mais pela capacidade de serem fundamentalmente eficazes. Em quê? Tão simplesmente na prestação dos serviços de interesse público que lhes são cometidos.

Frequentemente, os conceitos mais simples são a chave do sucesso pretendido, isto é, quem produz informação tem de ter sempre presente que é indispensável, tanto quanto possível, pôr-se no papel de cidadão a quem se vai dirigir.

Estar próximo das pessoas é simplificar-lhes a vida, procurando dar-lhes respostas adequadas às suas necessidades, aos seus problemas, aos seus desejos. A Câmara Municipal de Matosinhos tem na sua filosofia e na sua essência esta aproximação ao cidadão: num atendimento efectivo e personalizado; num encaminhamento eficaz dos problemas colocados, apontando caminhos e soluções possíveis; numa organização metódica e capaz de cada evento, de cada iniciativa; numa gestão monitorizada dos mailings; numa busca incessante de um cada vez melhor sítio municipal de Internet; na aposta de formas de comunicação inovadoras; numa revista municipal com cada vez mais qualidade.

O ano de 2007 veio consolidar um dos projectos mais emblemáticos da autarquia no que diz respeito ao atendimento ao público: o **front-office**. Um Gabinete de Atendimento ao Munícipe que concentrará num único espaço a maioria dos serviços de atendimento, actualmente distribuídos por espaços físicos diferenciados, evitando-se, assim, que os cidadãos tenham de percorrer vários locais para resolver os seus problemas.



2008 vai ser o ano em que se irão sentir as repercussões deste projecto no dia-a-dia dos nossos munícipes, resultante do trabalho conjunto de uma equipa

multidisciplinar que conseguiu levar a bom porto a sua concretização. Ainda há muito por fazer, mas a tarefa que temos pela frente é motivante!

Também em 2008, é nosso objectivo concretizar a elaboração do **Guia do Município**, uma publicação simples e de fácil consulta que irá conter um conjunto de informação importante que certamente deverá contribuir para uma diminuição das deslocações dos cidadãos ao edifício dos Paços do Concelho, de contactos telefónicos ou de e-mails, uma vez que muitas das dúvidas mais comuns dos munícipes poderão ser esclarecidas através da leitura deste documento.

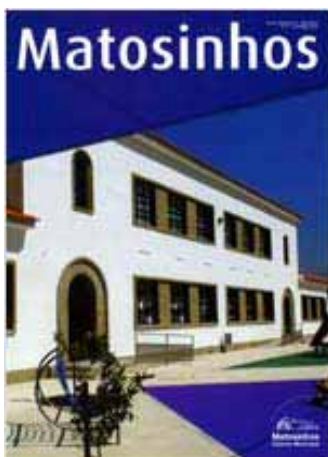
As **geminções** ganharão um novo fôlego, neste ano, com a criação do projecto – “Cultura da Paz” em Mansoa. – Guiné-bissau. Não esqueceremos, contudo, as outras cidades geminadas com Matosinhos que serão também objecto da nossa atenção e carinho.

Conferir às Relações Públicas uma marca de grande qualidade, com reconhecimento imediato junto dos cidadãos, continua a ser uma missão na qual nos empenhamos neste ano e assim continuaremos no próximo.

Com uma equipa reforçada e multidisciplinar, em 2008 vamos fazer ainda mais e melhor na **organização dos eventos**, na minuciosa preparação prévia de cada um deles, na gestão adequada de meios humanos e materiais para o sucesso de cada uma das iniciativas, na recepção aos diferentes públicos dos diferentes eventos e na monitorização de todas as fases processuais com vista à melhoria contínua de procedimentos.



Em 2008, vamos fazer mais e melhor comunicação. A nossa aposta na **Revista Municipal** vai continuar de forma sistemática e reiterada. Não queremos ser apenas mais uma publicação. Fazer da Revista Municipal de Matosinhos um caso de referência na comunicação autárquica nacional é uma ambição que nos consome e na qual continuaremos a insistir em 2008.



O design apelativo, a qualidade artística e gráfica de cada imagem, o cuidado no pormenor, a aposta no bom-gosto e na inovação, tudo é pensado para agradar a quem nos folheia. Tal como este ano, continuaremos empenhados em fazer chegar um exemplar de cada número a casa de todos os matosinhenses. Afinal, comunicar é tornar comum. Os eventos do município são de todos e para todos. Uma Revista Municipal só faz sentido se a mensagem que ela transmite for democraticamente abrangente, ou seja, chegue a todas as ruas, a todos os prédios, a todos os bairros, a todas as freguesias.



A página da **Internet** é, sem dúvida, uma das nossas grandes prioridades para 2008. O ano transacto foi feliz para o nosso site. Ao fim de alguns meses de um longo trabalho de análise, investigação, *benchmarking* e criação, a nossa página foi alvo de uma actualização de imagem com o objectivo de a tornar mais atractiva e, sobretudo, mais funcional, nomeadamente, através da introdução de novas funcionalidades que a

colocam no topo do ranking dos melhores sites municipais a nível nacional.

Em 2008, é nosso objectivo consolidar a nossa aposta na e-democracia, explorando as potencialidades já introduzidas e criando novas formas de comunicação com os munícipes: fóruns de discussão, sondagens comentários a projectos e regulamentos em apreciação, interactividade através do serviço Voz do Município, formulários para diferentes assuntos e contactos. São múltiplos os caminhos que temos pela frente que queremos percorrer.

As newsletters semanais e especiais são formas privilegiadas de contacto com o cidadão e que vamos trabalhar afincadamente em 2008. Quando é o próprio cidadão a entrar em contacto com a instituição a solicitar o envio de informação, e quando o número de contactos chega aos 15 mil, ficamos com a certeza de que esta é, de facto, uma área em que temos de apostar.



Em 2008, queremos qualificar e diversificar a **comunicação**, através de mensagens claras, concisas e fortes, campanhas com criatividade e utilização de meios inovadores. Apostaremos mais em campanhas televisivas, radiofónicas e nas salas de cinema, estabelecendo, nomeadamente, parcerias com alguns meios de comunicação social.

A **comunicação interna** é também muito importante e, por isso, em 2008, continuaremos a trabalhar num conjunto de iniciativas inseridas para Mobilizar os Funcionários, com especial ênfase para a consolidação de um espírito de equipa e de um espírito de pertença à organização.

As Reuniões Gerais de Trabalhadores dos dois anos transactos foram experiências muito positivas e que, de uma forma geral, recolheram o agrado de todos os funcionários do município. Contudo, é nossa ambição fazer ainda melhor.

A 3ª **Reunião Geral de Trabalhadores** vai ser o resultado de uma aposta muito precisa na qualidade. Tudo será pensado e preparado ao pormenor, tendo em conta a experiência adquirida nos dois anos anteriores.



Queremos também melhorar a comunicação interna, seja através do aumento das funcionalidades da **Intranet**, seja através de um **Jornal Interno** que chegue a todos os funcionários. 2008 será o ano da concretização deste projecto que acarinhámos particularmente porque irá permitir fortalecer os laços entre esta vasta equipa do município.

Áreas de Actividade Municipal

Auditoria e Modernização Administrativa

2

Passado cerca de um ano após a criação do Gabinete de Auditoria (GA), o mesmo continua fiel à sua visão e missão alinhado com os objectivos estratégicos da Autarquia.

O seu período de amadurecimento de ideias, dotação de recursos humanos e técnicos, permitiu que a sua actividade fosse cada vez mais interventiva, inovadora, modernizada e colaboradora dentro da organização, sem nunca esquecer que toda a sua acção é sustentada em normas e procedimentos perfeitamente definidos e estruturados.

A Auditoria Interna desenvolvida pelo GA é uma actividade de avaliação independente e de assessoria à administração, voltada para a análise e avaliação da adequação, eficácia e eficiência dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho dos serviços em relação às atribuições, objectivos, planos, metas e políticas definidos para as mesmas.

Se por um lado a acção da Auditoria Interna se estende por todos os serviços e seus procedimentos, processos e controlos existentes na Autarquia, por outro, a sua missão básica é assessorar a Administração no desempenho das suas funções e responsabilidades.



Assim sendo, a definição dos objectivos para 2008 do GA foi feita de modo a que este seja cada vez mais um instrumento de garantia da credibilidade e da transparência dos serviços da Autarquia, da legalidade das despesas, do equilíbrio financeiro, da fiabilidade de informação, bem como um suporte da melhoria continua da qualidade dos serviços prestados, atendendo exigências crescentes de todos os “*stakeholders*”.

Se para o ano de 2007, as auditorias foram planeadas de acordo com as fragilidades e riscos inerentes aos respectivos serviços, tendo em vista contribuir através das suas recomendações e auditorias de acompanhamento para a sua minimização/ eliminação, o que implicou por vezes estabelecer formalmente competências de fiscalização e monitorização de procedimentos por parte dos responsáveis, para o ano 2008 a linha orientadora continuará a ser a mesma. No entanto, o seu âmbito de actuação será alargado. O GA irá assim actuar no sentido de assegurar o cumprimento das normas de controlo interno e/ou colaborar na sua modernização nos casos em que se evidencie a sua inadequação à realidade nos serviços.

Conscientes de que, pelo facto de a Auditoria ser independente e isenta, torna-se necessário que todos os colaboradores da Câmara Municipal de Matosinhos a interiorizem, e perspectivem a sua existência como um apoio à sua actividade dentro dos Serviços da Autarquia, de modo a que a plenitude da eficácia e eficiência em consonância com a legalidade e responsabilidade seja o orgulho e o espelho da Organização.

Assim, atendendo a que somos todos nós os agentes motores da criação de valor e da melhoria de performance, deverá ser apresentada em 2008 a **Carta de Auditoria Interna** tendo em vista dar a conhecer e a elucidar toda a organização do âmbito de actuação do GA, as suas normas, responsabilidades, independência, autonomia e autoridade.

Avizinham-se, para além de acções de follow-up resultantes de auditorias realizadas no ano 2007, actividades no âmbito de:

- **Auditorias de Gestão**

Como instrumento de apoio à gestão de topo, o GA realizará auditorias com o objectivo de avaliar os indicadores de performance dos serviços, no sentido de identificar causas de eventuais perdas de eficiência e eficácia e propor acções de melhoria adequadas.

- **Auditorias Operacionais**

Como Instrumento de garantia da transparência, fiabilidade e integridade da organização, o GA irá analisar métodos, procedimentos e sistemas de controlo interno, avaliar a observância de políticas e orientações definidas, regulamentos e legislação aplicável, bem como a eficiência na utilização dos recursos e eficácia na obtenção de resultados.

Estas auditorias baseiam-se na análise de risco a efectuar, atendendo às grandezas de valor, fragilidades de organização e de recursos. Inserem-se neste âmbito, para além de outras, as auditorias de análise aos concursos, gestão de contratos de empreitadas e prestações de serviços, auditorias para análise do controlo de execução de obras realizadas, análises ao cumprimento de protocolos celebrados pela autarquia.

- **Auditorias de Conformidade e Gestão da Qualidade**

Estas auditorias focalizam-se no acompanhamento e avaliação dos Sistemas de Gestão de Qualidade (SGQ) dos serviços municipais.

- **Optimização de instrumentos de gestão**

Neste âmbito dar-se-á continuidade à coordenação da concepção e implementação da contabilidade de custos.

Em conclusão, o Gabinete de Auditoria aparecerá em 2008 nas mais diversas áreas da Autarquia, com especial relevo ao nível do Controlo Interno e ao nível da Gestão de Qualidade. Atendendo a que o desejo de toda a Organização é a racionalização de todos os recursos, a performance dos serviços e a prossecução de interesse público, não se poderá deixar de referir que a vontade e a responsabilização de cada um e a colaboração de todos será a base para que uma Autarquia atinja a sua excelência.



Áreas de Actividade Municipal

Tecnologias de Informação

2

Como principal objectivo para o ano de 2008 elegemos a continuação da renovação do *Datacenter* já iniciada, assim como a implementação de novos sistemas de refrigeração, que permitirá aumentar a capacidade computacional instalada.

Igualmente importante, e em conjunto com a instalação do novo *Datacenter*, será a implementação de um conceito de gestão do ciclo de vida de um arquivo – pretende-se estender ao domínio digital os conceitos de proximidade do arquivo, armazenamento distante, ou seja, como é que um documento é tratado desde a sua criação até ao momento em que é arquivado. Tal completará um plano de *Disaster Recovery* com armazenamento síncrono de arquivo em local que não o edifício dos Paços de Concelho (mas forçosamente à distância da passagem de uma fibra óptica).

Aproveitando este ciclo de desenvolvimento do *DataCenter*, será montado um sistema que permite a distribuição remota automática ou manual de novos sistemas operativos e instalação de programas ao nível de computadores. Este sistema será acompanhado por ferramentas de gestão de computadores e de terminais (nas funções de secretaria / administrativas), o que permitirá dar apoio a todo este aumento de clientes, coadjuvado por um novo sistema de pedidos de intervenção.



Ao mesmo tempo, decorrerá o lançamento dos serviços de apoio ao *Front-Office*, o que permitirá concretizar objectivos perseguidos há alguns anos. Este caminho iniciou-se com a informatização do serviço de Execuções Fiscais e culminará com a implementação de novas regras de atendimento dos munícipes e passa pelo ordenamento e reorganização dos espaços no Edifício

dos Paços de Concelho. O *Front-Office*, localizado no Edifício do Paços de Concelho, que promoverá um contacto mais directo com os serviços da CMM, será passível de réplica noutros pontos, inclusive de modo móvel, permitindo a sua instalação em lugares mais periféricos ou menos bem servidos a nível de transportes públicos. Servirá igualmente para dinamizar a Loja Municipal de S. Mamede de Infesta.

Assim, em 2008, e aproveitando a rede de comunicações integrada, todos os pontos em que existam trabalhadores do município terão capacidade de aceder aos sistemas centrais de modo seguro. Tal permitirá a descentralização dos serviços, a interacção com as juntas aumentará e o projecto da marcação de ponto em todos os pontos/loais de trabalho será possível (Horto, Quinta de Santiago, Armazéns Gerais,...), evitando assim a necessidade de processamento manual dessas marcações.

Assim, e para fazer o atendimento dos munícipes que se dirijam aos serviços numa versão centralizada, é necessário o apoio de uma ferramenta dita do tipo **CRM** – este é o acrónimo do inglês *Customer Relationship Management*, expressão que pode ser traduzida para a língua portuguesa como Gestão de Relação com o Cliente e, no caso, com o cidadão.

O termo CRM foi criado para definir toda uma classe de ferramentas que automatizam as funções de contacto com o cliente, ferramentas essas que compreendem sistemas informatizados e, fundamentalmente, uma mudança de atitude do tratamento dos clientes pelas organizações.

O CRM é uma ferramenta de enorme importância para a monitorização da qualidade de atendimento e decorre da necessidade do Município manter e tratar o melhor possível quem com ele interage.

Situações como o acompanhamento do número de contactos efectuados com os serviços, reuniões efectuadas, histórico de atendimento e relações com o Município são importantes para a criação de uma relação de confiança com os munícipes e demais “clientes” dos serviços camarários.

No fundo, a implementação numa autarquia trata-se “apenas” de transpor para os municípios as mesmas técnicas em voga nos centros de atendimento e que permitem detectar insatisfação, problemas ou, se levarmos mais longe, dificuldades crónicas de relacionamento com os serviços.

Pretende-se, com isto, combater alguma discricionariedade, através do recurso à formalização e uniformização dos processos de atendimento.

No entanto, a função de atender “per si” não basta. É preciso que o sistema de gestão de atendimento alimente as aplicações que apoiam os serviços e resolvam de base as pequenas solicitações como o pagamento de taxas, ou o atendimento para assuntos simples, mas sensíveis, como os cemitérios. Assim, é necessário que estas aplicações interajam com as aplicações de apoio directo aos serviços.

Uma das actividades da Gestão do Relacionamento com o cliente implica o registo dos contactos realizados, de forma centralizada. Os registos não dependem do canal de comunicação que o cliente utiliza (voz, fax, email, chat, SMS, MMS, etc.) e servem para que se tenham informações úteis e catalogáveis sobre os utentes (munícipes). Qualquer informação relevante para a tomada de decisões tem de ser registada e analisada periodicamente, de forma a produzir relatórios de gestão.

Ou seja, prevendo, desde já, uma maior rotatividade de funcionários nas funções de atendimento, o paradigma do acesso à informação para garantir um bom tratamento dos munícipes deixa de estar apenas no conhecimento pessoal dos funcionários, passando para as aplicações e para as bases de dados da instituição.

No ano 2008, será iniciada a 2ª fase do processo de **gestão documental**, necessariamente integrado com o processo de atendimento, sendo que a estrutura de partilha de documentos de trabalho será movida de uma base de filesharing para uma estrutura Webizada, através da utilização do Microsoft Sharepoint.

Um desafio para o ano de 2008 será a recuperação do histórico, para a sua digitalização, quer através do recurso a trabalho interno, quer em regime de Outsourcing. Tal será a continuação (lógica) do trabalho de tratamento do arquivo, iniciado no ano de 2007, mas numa vertente de integração mais completa com o sistema descrito de gestão documental.

Com a aprovação do **projecto Metropolis** (projecto que conta com a adesão de cinco municípios da Área Metropolitana do Porto) contamos, para além de financiamento de grande parte das actividades acima mencionadas, com ligações Wireless para as zona mais concorridas do concelho (restaurantes, praça da cidadania, alguns jardins).

Modernização Administrativa

Ao nível da Modernização Administrativa do Município serão exercidas actividades no acompanhamento dos seguintes processos:

- Monitorização da actividade de produção de formulários, em que se recorreu à contratação de firma de aconselhamento nesta área;
- Reanálise do processo de externalização do arquivo para o estender a outros serviços, dado o sucesso da sua implementação;
- Acompanhamento do processo de certificação de qualidade e implementação do *Front-Office*.



Áreas de Actividade Municipal

Recursos Humanos

2

Assistimos, actualmente, a mudanças ao nível de introdução de reformas na Administração Pública que se irão repercutir na gestão de recursos humanos em sede de administração local. Apontamos, entre outras, o novo **sistema de avaliação de desempenho** que visa o desenvolvimento coerente e integrado de um modelo global de avaliação. Note-se que, não obstante a sua entrada em vigor recentemente, o SIADAP já está a ser alvo de alterações, de modo a enquadrar-se na reforma global da Administração Pública.

Salienta-se também, a nova lei dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações, que irá contribuir para uma nova visão na gestão dos recursos humanos das Administrações Públicas que, observando os princípios constitucionais e as especificidades do exercício de funções públicas, permite a aproximação ao direito laboral comum e ainda toda uma série de alterações legislativas que se enquadram no âmbito da reforma da Administração Pública, como é o caso da lei da mobilidade entre serviços públicos, a gestão da Bolsa de Emprego Público, etc.



A acrescentar ao exposto, surge-nos em 2008 um desafio importante com a futura integração do pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Matosinhos, na sequência do processo de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de

recolha, tratamento e drenagem de águas residuais do Município de Matosinhos.

É igualmente importante não descurarmos toda a actividade subjacente à actuação do Departamento de Recursos Humanos, designadamente em sede de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, de modo a proporcionarmos a todos os colaboradores boas condições laborais e apostando na prevenção de riscos profissionais.



Nesse sentido, o Plano de Actividades do departamento consistirá no seguinte:

- Revisão da Macroestrutura e respectivo quadro de pessoal, com vista a adaptá-lo ao futuro enquadramento legal e aos novos desafios;
- Microestrutura ajustada à nova Macroestrutura e respectivo regulamento;
- Concretização da integração dos funcionários dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Matosinhos, na sequência do processo de concessão daqueles serviços de modo racional e afectado às diferentes necessidades reais da autarquia;

- Análise e preparação jurídica com vista à futura alteração/aplicação da Lei das Carreiras;
- Condições de trabalho dignas associadas a boas condições sociais, por forma a alcançar-se e cumprir o relevo particularmente significativo que o ordenamento jurídico-constitucional português reservou em relação a esta matéria, na esteira, aliás, do lugar cimeiro que estas matérias adquiriram para a Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial de Saúde.
- Perspectivar a formação dos funcionários em áreas chave, num plano de interacção com as diferentes entidades formadoras, alcançando-se desta forma o objectivo último: funcionários especializados no desenvolvimento da organização;
- Concretização do plano de vacinação da Hepatite B aos colaboradores de risco;
- Aprovação do Regulamento de Geral Interno de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.
- Organização do cadastro dos funcionários, através de um plano informático mais célere e simplificado, obtendo-se assim uma resposta mais atempada aos diferentes níveis de intervenção nesta área. Igualmente será contemplada uma plataforma informática que possibilite o acesso de todos os funcionários aos seus dados individuais decorrentes da relação jurídica de emprego público;
- Aplicação de um sistema de relógio de ponto eficaz extensivo a todos os serviços da autarquia.



Áreas de Actividade Municipal

Estudos Estratégicos

2

No actual contexto de intensificação das dinâmicas de transformação económico-social, de emergência de novos factores de competitividade, para que o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas, e em particular a gestão autárquica dos interesses públicos, sejam efectivos e correspondam, com eficiência e sustentabilidade, às necessidades e expectativas dos cidadãos, é indispensável a adopção de adequados instrumentos de apoio à gestão. Particularmente relevante é a adopção de procedimentos e ferramentas de gestão estratégica, enquanto processo de reflexão permanente sobre o futuro, desenhando objectivos, estratégias e políticas, numa abordagem global e de ajustamento dinâmico às condições de incerteza e competitividade e aos desafios de mudança.

A tomada de decisões para a resolução dos problemas locais, exige a disponibilidade de informação completa, de qualidade e referenciada a um nível territorial municipal e de freguesia, que permita o conhecimento da realidade local.



Definida a arquitectura informacional, vai entrar em funcionamento em 2008, o **Sistema de Informação Local de Matosinhos** (SILM). Este projecto compreende a recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação estatística relevante sobre o município, ancorada na informação oficial e complementada por outras fontes de informação, nomeadamente a obtida junto dos diversos serviços autárquicos. A sua implementação propiciará uma base informativa coerente para a realização de estudos sobre o município e a produção de um conjunto de indicadores de avaliação de impacto dos programas e políticas municipais.

A existência de dados informativos sobre a realidade municipal servirá também como base, para um trabalho de transformação dessa informação em conhecimento, valorizando-a pelo estudo e pela produção de elementos de ajuda à sua interpretação e explicação. Assim, pretende-se em 2008 desenvolver o **Plano de Desenvolvimento Estratégico de Matosinhos**, tendo como referencial metodológico a Agenda 21 Local. Este projecto compreende,

numa primeira fase, a realização de trabalhos de diagnóstico e a elaboração de um documento preliminar para discussão institucional e pública. Em fases posteriores prevê-se, desenvolver os esforços para consensualizar uma visão de desenvolvimento municipal, definir os planos de acção e conceber um sistema de monitorização e avaliação de impactos.

Os **Estudos de Âmbito Municipal** continuarão a ser fundamentais para a prossecução das políticas municipais, pela valorização da informação que disponibilizam sobre o concelho. Considerando a qualidade dos resultados obtidos em anos anteriores, continuar-se-á a privilegiar o envolvimento das Universidades Públicas na produção de conhecimento nesta área.

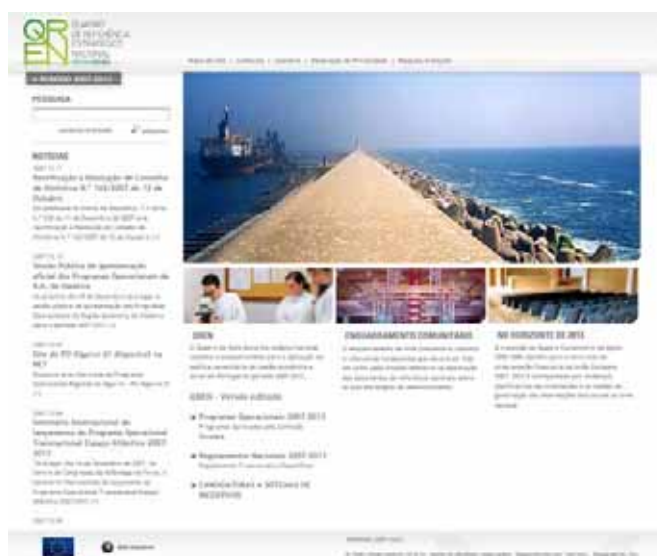


A política de cooperação internacional em 2008 será impulsionada através da adesão do município ao **Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**. O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular é uma associação transfronteiriça composta, actualmente, por

28 cidades membros, sendo 14 do Norte de Portugal (Matosinhos, Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Vila Real, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Barcelos, Vila do Conde, Famalicão e Mirandela) e 14 da Galiza (A Coruña, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Pontevedra, Santiago de Compostela, Vilagarcia de Arosa, Vigo, Verín, Lalín, O Barco de Valdeorras, Viveiro e Carballo). Estas 28 Cidades configuram o sistema urbano da Euro-região Norte Portugal-Galiza e pretendem contribuir para o desenvolvimento do seu espaço regional, promovendo a coesão económica, social, cultural, científico e tecnológico das cidades e regiões que o integram, mediante a estruturação de um território comum. O objectivo da criação deste espaço é a obtenção de um maior protagonismo no seio da União Europeia, criando um grupo de pressão coeso, tendo em vista a política comunitária de desenvolvimento regional centrada na cooperação inter-

regional. A estrutura de funcionamento do Eixo Atlântico alicerça-se nas Comissões Sectoriais, onde cada um dos associados tem representação, e que definem um conjunto específico de projectos a desenvolver no âmbito da política comunitária de cooperação transfronteiriça. As Comissões Sectoriais incidem nas áreas do Turismo, Desporto, Cultura, Desenvolvimento Sustentável, Modernização da Administração, Planeamento e Transportes, Desenvolvimento Social e Assuntos Gerais do Eixo Atlântico. As iniciativas a desenvolver pelas Comissões, para o ano de 2008, são as seguintes: Turismo - campanha promocional do Caminho de Santiago Português e a definição de Estratégias Turísticas em Rede; Desporto – realização dos Jogos do Eixo Atlântico; Cultura – realização da Bienal de Pintura; Desenvolvimento Sustentável – realização da segunda fase da Agenda 21, através do projecto PISU (Plano Integrado de Sustentabilidade Urbana) e criação da Agência de Ecologia Urbana; Modernização Administrativa – implementação da Agenda Local Digital I 2010; Planeamento e Transportes – criação do Sistema de Informação Transfronteiriço do Eixo Atlântico e desenvolvimento de uma Estratégia de Intermodalidade; Desenvolvimento Social – na vertente educativa, será realizada uma Mostra Musical de Jovens Intérpretes e definido um Projecto Educativo do Eixo Atlântico, na vertente da juventude será constituído o Foro da Juventude; Assuntos Gerais do Eixo – sendo uma comissão de carácter transversal, cabe-lhe definir os aspectos de logística e a participação em projectos Europeus.

Considerando que o novo ciclo de programação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, enquadrado no **Quadro de Referência Estratégico Nacional** para o período 2007-2013 (QREN), introduz um conjunto de mudanças face aos anteriores



QCA, nomeadamente quanto aos princípios orientadores, aos objectivos a prosseguir, à sua organização e, por fim, ao modelo de governação. O GEE desenvolveu uma metodologia de trabalho para a elaboração e acompanhamento dos processos de candidatura a financiar pelos fundos estruturais, assente no funcionamento de uma equipa pluridisciplinar que envolve técnicos das diferentes Unidades Orgânicas envolvidas na execução do investimento ou actividade, com a qual pretende estabelecer um padrão mínimo de qualidade que garanta aos projectos a sua adequação aos princípios de selectividade e de sustentabilidade financeira previamente estabelecidos.

Áreas de Actividade Municipal

Educação e Ciência

2

Projectos, iniciativas e experiências, são portas de entrada para caminhos novos, revelam potencialidades importantes, mobilizam capacidades que de outra maneira nunca seriam mobilizadas. Exigem a criação de parcerias e a integração das actuações dos diferentes parceiros. É nesta vertente que se revelam mais inovadores e produtivos do ponto de vista da participação dos cidadãos. São também estratégias concertadas de desenvolvimento local, destinados a responder às necessidades localmente sentidas. Nesta perspectiva, e segundo uma lógica global dos recursos locais, as mudanças na Educação assumem, uma importância fundamental na nossa sociedade.

Se pretendemos um desenvolvimento local sustentado, a educação tem de ser interdisciplinar, participativa, integral, e integrada também nas formas de conhecimento. A escola tem de ser, simultaneamente, local e global: tem que estar articulada com a comunidade, nomeadamente com as autarquias e com outras instituições locais, e tem que ser global, relacionar-se com o mundo. A formação das crianças deve proporcionar-lhes uma visão de cidadãos do mundo e formas de trabalho conjunto ao nível de parcerias locais, nacionais e transnacionais.



Para 2008, continuaremos a responder aos desafios da democratização e da qualidade, criando condições para a promoção do sucesso educativo e para a necessidade de uma crescente articulação entre as políticas definidas para a educação e as políticas sociais de apoio às famílias.

Outras dimensões de ordem administrativa, organizacional e pedagógica, serão consideradas, segundo metas previamente traçadas, tais como:

- Garantir o acesso generalizado à educação e a criação de condições que proporcionem a promoção do sucesso escolar e educativo;
- Modernizar os equipamentos e melhorar as normas de qualidade e de segurança dos estabelecimentos de ensino;
- Planificar as construções e os investimentos, com base na avaliação das capacidades de acolhimento actuais e das novas necessidades, da abertura e encerramento de alguns estabelecimentos e ainda do aperfeiçoamento dos projectos de construção;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, criando respostas pedagógicas diversificadas adequadas às necessidades específicas e ao desenvolvimento global.



Assim, em 2008, a Câmara Municipal manter-se-á como entidade promotora, em articulação com os agrupamentos de escolas do concelho, no desenvolvimento e implementação de projectos de natureza sócio-



educativa, nomeadamente, o **Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico**, com o objectivo de enriquecer as aprendizagens das crianças e de aproximar o seu tempo de permanência na escola, às necessidades das famílias.

Ainda relativamente a este projecto, e com o envolvimento de todos os agentes educativos, à semelhança do ano 2007, daremos continuidade ao modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação, para assegurar o cumprimento dos objectivos definidos. Neste sentido, procederemos à **Avaliação dos Efeitos Educativos das Actividades de Enriquecimento Curricular**, à realização de um Seminário com o objectivo de tecer um balanço sério e rigoroso do projecto e à promoção de acções educativas e pedagógicas que envolvam toda a comunidade educativa.

É de salientar a continuidade da oferta do projecto Escola a Tempo Inteiro, aos Jardins-de-Infância, assegurando a todas as crianças a participação na Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música, contribuindo precocemente para seu o desenvolvimento global.



De igual modo, continuaremos o trabalho persistente no **combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce**, e, em parceria com os 3 Agrupamentos Verticais de Escolas (Matosinhos, Matosinhos Sul e Perafita) projectos TEIP's II, desenvolveremos um conjunto de acções, no sentido de otimizar os meios humanos e materiais disponíveis, bem como, a criação de condições que favoreçam uma dinâmica de intervenção integrada, visando a melhoria da qualidade educativa e a participação efectiva dos encarregados de educação/ comunidade educativa.

Com o mesmo objectivo, o **projecto EPIS** (Empresários pela Inclusão Social) visa combater o abandono e o insucesso escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico, quer em EB2,3, quer em ES/3, através da criação de uma rede de mediadores profissionais de capacitação para o sucesso escolar (Psicólogos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Professores), visando implementar uma intervenção prioritária no eixo família-escola, aumentando a qualidade do acompanhamento parental e não parental, em ordem ao sucesso e à inclusão social. Estas equipas irão desenvolver a capacitação das famílias, incrementando a qualidade e a quantidade do apoio familiar ao jovem, a capacidade da família para identificar, intervir ou pedir ajuda especializada em situações de alerta e de risco, e organizar a comunidade local para dar respostas adequadas às solicitações da família. Por outro lado, pretende-se promover e apoiar as famílias com membros que demonstrem vontade de voltar à escola, para aumentar as suas qualificações e as suas capacidades de apoio aos filhos.

O desenvolvimento educativo precoce nas crianças, quer estimulado pelos pais, quer pela escola, continua a ser uma prioridade autárquica, com o projecto preventivo "Promover o Sucesso Escolar na Aprendizagem da Leitura e Escrita". O objectivo principal é identificar e intervir nas dificuldades sentidas pelas crianças/alunos ao nível da leitura e escrita, na educação Pré - Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, e, ao mesmo tempo, inibir o desenvolvimento dos problemas escolares.



O acompanhamento do **reordenamento da rede escolar ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico e dos Jardins-de-Infância**, bem como a renovação de espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da actividade física e desportiva,



espaços para as novas tecnologias de informação e comunicação (salas TIC e quadros interactivos nas bibliotecas), expressão plástica e música, cozinhas, refeitórios, bibliotecas, centros de recursos, e outros espaços que preparem os alunos para novas formas de aprendizagem na sociedade do conhecimento, dos quais salientamos as seguintes: construção de novo edifício na EB1/JI de Santiago, em Custóias, dotando-a de mais salas de Jardim de Infância, biblioteca, cozinha e refeitório, EB1/JI da Lomba e EB1/JI Passos Manuel, em Guifões, JI de Angeiras, em Lavra, EB1 do Corpo Santo e EB1/JI da Praia, em Leça da Palmeira, EB1/JI das Ribeiras, em Perafita, EB1 de Quatro Caminhos e EB1/JI da Quinta de S. Gens, na Senhora da Hora. No que se refere à construção de novos equipamentos, será de ressaltar o seguinte: duas escolas na freguesia de Matosinhos, eliminando-se todos os desdobramentos, duas escolas em Leça do Balio, uma em Custóias, uma em Leça da Palmeira e novo JI em Custóias.

Relativamente à Acção Social Escolar, continuar-se-á a expandir o apoio concedido na aquisição de livros e materiais, transportes escolares e serviço de refeições a alunos carenciados.

De acordo com as prioridades fixadas pela Carta Educativa de Matosinhos, emerge a construção do Projecto Educativo Municipal com o intuito de harmonizar os diferentes projectos educativos, existentes no concelho, salientando as suas diferenças e características próprias. Neste sentido, e



reconhecendo a necessidade de uma resposta cada vez mais local para a resolução dos problemas de cada comunidade educativa, propomos para este

ano o desenho do Projecto Educativo Local, em parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, considerando que será também, um ponto de partida para a construção de novos caminhos que contribuam para a diminuição das taxas de insucesso e abandono escolar do concelho.

No seguimento de algumas medidas já concretizadas em 2007, a Educação Alimentar será uma área de intervenção prioritária nos Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Matosinhos, também no ano de 2008.



É inegável que a **Educação e a Saúde** se encontram intrinsecamente relacionadas, influenciando-se directa e indirectamente. Se a prevenção de doenças e a preservação da saúde dependem, em larga medida, dos hábitos alimentares

que vamos apreendendo e adoptando ao longo da nossa vida, também, a nossa performance cognitiva e desenvolvimento intelectual são incontornavelmente afectadas pelo nosso estado nutricional. É, por isso, fundamental quer para o sucesso escolar das nossas crianças e adolescentes, quer para a sua saúde presente e futura, promover a alimentação saudável e a Educação Alimentar, nas escolas de Matosinhos.

As intervenções definidas para este ano perspectivam uma abordagem holística assente em medidas ao nível das actividades curriculares, dos ambientes físicos e psicossociais das escolas e do estabelecimento de parcerias com agentes da comunidade:

- Implementação de um projecto-piloto no Agrupamento Vertical de Escolas de Perafita. Pretende-se promover a Educação Alimentar, com base curricular, de forma abrangente, sequencial e devidamente planeada, do Ensino Pré-Escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico. Paralelamente, é objectivo diagnosticar/caracterizar o estado nutricional

desta comunidade estudantil, detectando e intervindo precocemente nas crianças em risco nutricional.

- Melhoramento das instalações físicas e equipamentos das cozinhas e refeitórios escolares. Através da realização de vistorias higio-sanitárias às diversas cozinhas e refeitórios dos estabelecimentos de ensino do Concelho, é objectivo colmatar as necessidades ao nível destas infra-estruturas, possibilitando a criação das condições adequadas à execução das refeições.
- Acompanhamento, no terreno, do serviço de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar e 1.º Ciclo.
- Fornecimento de refeições nutricionalmente equilibradas e ajustadas às necessidades das crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo. Avaliação das ementas escolares, garantindo que estas vão de encontro a almoços saudáveis, variados e adequados ao crescimento e desenvolvimento. Devido ao fenómeno da globalização, que tem vindo a diversificar culturalmente as nossas escolas e comunidades educativas, é intenção da CMM providenciar ementas alternativas nos JI's e EB1's que correspondam a diferentes preferências e hábitos culturais.



- Colaboração em projectos e actividades de Educação Alimentar, nas várias escolas do 2.º e 3.º Ciclos e Secundárias do Concelho, na elaboração de ementas, na formação/sensibilização na área da Educação Alimentar e Alimentação Saudável de todos os elementos da comunidade educativa (professores, educadores, auxiliares e assistentes de acção educativa, encarregados de educação, alunos, familiares, manipuladores de alimentos, etc).
- Realização de um ciclo de conferências, à semelhança do ano anterior, sobre Educação Alimentar, destinadas a toda a população e, especialmente, à comunidade educativa.

Áreas de Actividade Municipal

Juventude e Voluntariado

2

Pensar em juventude é pensar no caminho a percorrer para o futuro da humanidade, tendo em conta os projectos a realizar e os desafios a enfrentar.

O desenvolvimento de um plano de actuação nesta área, carece de inúmeras portas abertas que permitam um acompanhar das transformações constantes nas mais diversas áreas que influenciam e que são influenciadas pelos jovens.

O presente Plano de Actividades pretende constituir um documento estrutural na definição e orientação de acções a desenvolver ao longo do ano de 2008, num contexto de elevada qualidade e exigência em todos os âmbitos de actuação. Tem como objectivo primordial, antecipar o resultado das modificações em curso, desenvolvendo estratégias de cooperação entre unidades orgânicas inter e intra institucionais e com a comunidade em geral, no sentido de desenhar estratégias coerentes com a realidade actual.

Dando continuidade a uma política que pretende formar os jovens através da educação semi-formal ou informal, mantém-se a aposta, até agora ganha, na ocupação de tempos livres dos jovens. Os ateliers, a animação das Casas da Juventude e o desenvolvimento de actividades de exterior, procuram adequar os gostos e preferências da camada juvenil, ao jogo dos contextos e das problemáticas que se vivem actualmente. Inserem-se aqui as actividades no âmbito do desporto, arte, educação e música, com o intuito de criar alternativas credíveis aos inúmeros riscos existentes na actualidade. Destes, salienta-se a música, como um veículo privilegiado de ensinamentos e construção de identidades. Como tal, o **Jazz** mantém-se como género cimeiro, tentando envolver progressivamente diferentes camadas da população. Simultaneamente, procura-se ir de encontro a formas musicais alternativas (**Festival de Culturas Urbanas**), diversificando a oferta.



No domínio da formação e emprego, aposta-se na actualização dos **Projectos de Intervenção Juvenil**, promovendo, assim, a re-invenção de espaços de expressão e revelação pessoal, em que os jovens possam, em contextos seguros, pôr em causa formas de pensar, sentir e agir, quer em grupo, como é o caso dos projectos **Aprender a Ser e Just Girls**, quer individualmente através do Centro de Acompanhamento e Orientação Juvenil (**CAOJ**). Neste âmbito, situamos também o **Clube da Saúde Juvenil** e o **Centro de Atendimento a Jovens** que, pelo seu carácter diversificado, pretende apoiar, educar, proteger e prevenir eventuais repercussões negativas para a saúde, causadas pelos novos desafios e problemáticas da sociedade actual.



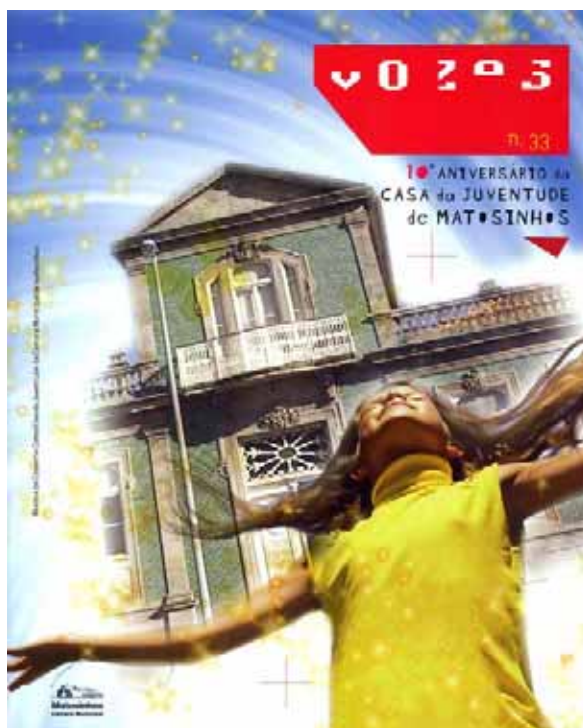
Da mesma forma, a actuação no âmbito do emprego será orientada no sentido de promover a melhoria de competências de empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, adequando as qualificações às necessidades da sociedade actual. O desenvolvimento de Workshops continuados e a congregação da oferta profissional na feira “**Escolhas de Futuro**”, são apostas ganhas que interessam renovar. Pretende-se, sobretudo, proporcionar situações de autonomia, controlo e segurança, necessários para a sistematização de comportamentos de persistência, manutenção e investimento nas tarefas.



Introduzimos aqui, pelo segundo ano consecutivo o projecto **VEM-Voluntariado em Matosinhos**. Após o arranque inicial, com a criação da Bolsa de Voluntários e a colocação dos mesmos nas Instituições, importa dar um novo fôlego ao projecto, na medida em que se pretende intervir na formação

e actualização de todos os elementos. Procura-se, ainda, alcançar uma maior cobertura ao nível do concelho, adequando respostas às necessidades das inúmeras instituições existentes, ao mesmo tempo que se exploram novas formas de intervenção, alargando a abrangência do projecto a novas dimensões de actuação.

Da mesma forma, é intenção manter e alargar o apoio ao **associativismo juvenil**, dotando os jovens de autonomia de decisão, num quadro de imparcialidade e trabalho em equipa. Importa aqui salientar, o desafio na reestruturação do **Conselho Consultivo da Juventude**, adaptando-o à forma de organização dos jovens e às disponibilidades da franja associativa juvenil, com a intenção de alargar a participação e, conseqüentemente, a igualdade de oportunidades. Para tal, o boletim **Vozes**, continuará a funcionar com um veículo de comunicação e até de intervenção social, chamando os jovens para o envolvimento em todo o processo da sua concepção.



Em suma, este plano reflecte a filosofia e estratégia de trabalho prosseguida, tendo como pano de fundo de cooperação com todas as entidades, individuais ou colectivas, na tentativa de conjuntamente criar novas dinâmicas de trabalho.

Áreas de Actividade Municipal

Acção Social e Saúde

2

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as suas características sociologicamente conhecidas a CMM organiza a sua intervenção nesta área de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

A proposta de trabalho a desenvolver pelo Pelouro de Acção Social e Saúde no ano de 2008, destaca algumas das suas dimensões de intervenção – Saúde e Equipamentos Sociais – definidas no PDS - Plano de Desenvolvimento Social (elaborado com base nos resultados do Diagnóstico Social do Concelho) e enquadradas pelas Grandes Opções do Plano.

Para além de apostar em dotar o Concelho de infra-estruturas de apoio social, pretende-se também investir na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, rentabilizando eficazmente as potencialidades e os



recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

Neste sentido, foram identificadas estratégias de intervenção que correspondem a orientações metodológicas que todas as acções a implementar devem seguir, das quais se salienta:

- **Responsabilização** de todos os actores – esta é uma orientação da Rede Social que apoia a sua constituição numa parceria forte e dinamizadora dos recursos locais. Também está presente o princípio da subsidiariedade, que prevê a mobilização de todos os recursos locais para a resolução de problemas locais, antes de passar para outro nível de resposta.
- **Integração** – implica uma forte coordenação entre diferentes entidades para que o resultado da sua actuação conjunta consiga assegurar os

percursos integrados de orientação-formação-inserção das populações mais desfavorecidas, sendo mais que o somatório das partes.

- **Territorialização** – este princípio está quase garantido pela criação das Comissões Sociais de Freguesia, pois obriga a uma grande proximidade com a população local e seus problemas e necessidades.
- **Intervenção** centrada nas pessoas e nos problemas – Implica centralizar a actuação naquilo que são as pessoas, utentes, comunidades e seus problemas, potencialidades e expectativas. Impõe prosseguir um trabalho de planificação constante das actividades em que a pergunta central deve ser “a que problema se pretende responder?”. De salientar a importância da criação de um Observatório Social Local que permite aceder a toda a informação necessária a este tipo de intervenção.
- **Articulação** com outros instrumentos de planeamento - Necessidade de estabelecer uma coerência entre a actuação local e os objectivos definidos a nível nacional, para diferentes áreas. Articulação directa com as prioridades e metas estabelecidas em instrumentos de planeamento, nomeadamente: o PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional para a Igualdade, o Plano Nacional de Combate do Abandono Escolar e o Plano Nacional de Saúde.

Rede Social

Para o ano de 2008, o Conselho Local de Acção Social dará continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social, nomeadamente: o acompanhamento das 10 Comissões Sociais de Freguesia; realização de dois Plenários; reuniões quinzenais do Núcleo



Executivo, a avaliação das acções do PDS relativas ao ano de 2007; emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais, bem como

candidaturas a diversos programas, análise de propostas, sobre projectos a implementar no Concelho, bem como a conclusão do Estudo sobre os Idosos efectuado pela assessoria da Rede Social – CESIS (Centro de Estudos de Intervenção Social).

No sentido de responder ao problema identificado no decorrer da elaboração do Plano de Acção Anual do Núcleo Executivo, “Distância” entre a Rede e os equipamentos, prevê-se a realização de Workshops nas áreas da infância e deficiência. Desta forma, pretende-se diagnosticar a qualidade dos serviços prestados pelas Instituições com intervenção nas referidas áreas e definir um plano para a qualificação da intervenção.

Ainda no âmbito do trabalho a realizar pela Rede Social, será realizada formação sobre o Atendimento Integrado, dirigida a técnicos que integram e aos que vão integrar esta nova metodologia de intervenção. Foi, ainda, proposta a continuidade da formação aos colaboradores (pessoal técnico e auxiliar) das instituições concelhias e respectivas Direcções que possuam equipamentos nas áreas da infância, deficiência e terceira idade.

Equipamentos e Serviços Sociais

Com vista a aumentar a capacidade de resposta dos equipamentos e serviços sociais, manter-se-á o apoio prestado às Instituições que intervêm nas diferentes áreas – infância, deficiência e terceira idade, através da atribuição de subsídios para a realização de actividades, cedência, construção, remodelação e ampliação de instalações.

Este apoio permite:

- no que diz respeito à infância, garantir e estimular o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, permitindo a conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais;
- no que concerne à deficiência, promover a melhoria dos meios e serviços prestados pelas instituições;

- relativamente à terceira idade, promover a qualidade do atendimento prestado pelas Instituições aos seus 3.000 utentes quotidianos, considerando em primeiro lugar a satisfação das necessidades e, num segundo plano, a promoção da saúde através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem estar bio-psico-emocional e social.

O Cartão MatosinhoSénior continuará em 2008 a possibilitar o acesso às iniciativas do município, tais como a comemoração de eventos festivos (Dia Internacional da Pessoa Idosa, Dia dos Avós, o Natal, etc.), actividades no exterior das Instituições (Passeios, colónias balneares, etc.) e actividades regulares de estimulação e de convívio (Aulas de Ginásticas, Hidroginástica, Ateliers, etc.).



No âmbito dos serviços proporcionados por este Cartão, em 2008 será alargado a todas as freguesias o Matosinhos Amigo, que proporciona aos munícipes Séniores um serviço de reparação de anomalias nos seus domicílios, e será duplicada a capacidade de resposta às necessidades de Teleassistência Domiciliária. Com estes serviços pretende-se retardar a necessidade de institucionalização das pessoas com mais idade e/ou com menor autonomia.

Para além destes apoios, continuar-se-á a apostar no apoio às Instituições locais através da sua qualificação bem como dos seus trabalhadores que se traduz nos programas de formação, em áreas específicas, e no acompanhamento das entidades ao nível da implementação do Plano de Acção que concretiza as intenções do Plano de Desenvolvimento Social, e na concretização das candidaturas ao PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais.

Saúde

A política da Autarquia no âmbito da Saúde tem sido de parceria com a Unidade Local de Saúde, pese embora a competência para promover acções neste domínio seja essencialmente da responsabilidade da Administração Central.

Ao longo dos anos tem-se procurado colaborar de forma a criar uma rede de equipamentos de cuidados de saúde, designadamente através da disponibilização de edifícios e terrenos, bem como no desenvolvimento de projectos e construção de imóveis destinados à instalação de Unidades de Saúde Familiares.



Auto-Estima.

A Autarquia tem também um conjunto de programas que desenvolve em parceria com diversas entidades, nomeadamente com a ULS de Matosinhos, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a APF – Associação para o Planeamento Familiar e o Projecto

Ainda, nesta área, destaca-se, como prioridade para o ano de 2008, a implementação do Plano Municipal da Saúde, que funciona como um instrumento orientador das principais linhas de actuação Municipal, no domínio da prevenção da doença e promoção da Saúde, consubstanciado nas directivas do Plano Nacional de Saúde.

Este Plano Municipal surgiu da necessidade de estruturar um conjunto de respostas, que de forma integrada e transversal, potencia os recursos e as acções já implementadas no Concelho, bem como permite a criação de condições necessárias ao desenvolvimento de novas respostas fundamentais para a melhoria dos níveis de Saúde e qualidade de vida das populações.

Estruturado de acordo com as áreas de Saúde que necessitam de maior intervenção, o Plano define o estabelecimento de um conjunto de parcerias entre a CMM e diversas entidades, de modo a que, em conjunto, seja possível tornar a saúde mais acessível a todos. Dos diversos domínios de intervenção identificados, dá-se particular atenção às questões da saúde oral, sexual e reprodutiva. A melhoria dos níveis de bem-estar e saúde geral dos funcionários da Autarquia estão também contempladas em diversas acções neste Plano.

Uma das prioridades da Autarquia para o ano 2008 é o de, em articulação com a ULS, EPE desencadear o processo com vista à criação de uma Unidade de Saúde Familiar em Leça do Balio – Recarei e a requalificação das actuais instalações da Unidade de Saúde Familiar de Perafita, após a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde de Santa Cruz do Bispo já este ano.

Outra área prioritária de intervenção da Câmara são as toxicodependências, prevendo-se a continuidade do trabalho realizado no âmbito do Plano Municipal de Prevenção do Uso/Abuso de Drogas do qual se destaca o Projecto Metas, cujo objectivo é a redução de riscos e minimização de danos.



O Plano abrange, também, a edição do Estudo, efectuado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, sobre o alcoolismo que retrata a realidade concelhia nesta área e permitirá definir estratégias de intervenção.

Situações de Risco

No domínio das situações de risco, a prioridade da Autarquia incide na Comissão de protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Matosinhos (CPCJ-M) e no trabalho de parceria com a ADEIMA.

No que diz respeito à primeira, a Autarquia apoiará e acompanhará de perto o trabalho desenvolvido relativamente às problemáticas de intervenção, nomeadamente os problemas familiares, a negligência, o absentismo e abandono escolar precoce.

A Câmara Municipal irá assumir a responsabilidade pela equipa de mediadores da Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social. Será implementado um projecto-piloto nas escolas do Concelho com o objectivo de combater o insucesso e abandono escolar, através da criação de uma rede nacional de mediadores profissionais para capacitação familiar.

Em relação ao trabalho de parceria com a ADEIMA este pautar-se-á pela continuidade dos projectos de intervenção social, nos domínios considerados prioritários, como sejam: emprego, educação, saúde, situações de risco, equipamentos e respostas sociais.

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS), para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara colocará os arguidos em diversos serviços da Autarquia.

De modo a responder às problemáticas identificadas pelo Diagnóstico Social do Concelho e pelo PNAI (Plano Nacional de Acção para a Inclusão), tem vindo a desenvolver diversas actividades e iniciativas que de forma mais directa ou indirecta pretendem a Igualdade de Oportunidades, não apenas entre géneros, mas entre os diversos grupos sociais representados numa qualquer sociedade, nomeadamente no que se refere à deficiência, toxicodependência e formas diversas de exclusão social.

O Plano Municipal de Igualdade de Oportunidades para Todos/as, pretende ser antes de mais, um documento de trabalho reflector das medidas e acções que já se encontram a decorrer, mas também, um importante instrumento

orientador de novas iniciativas e medidas que, de forma consistente e integrada, visam sempre a efectiva aplicação da Igualdade de Oportunidades.

Os objectivos deste plano são coincidentes com os que estão subjacentes à comemoração do ano internacional, mas as suas acções não se esgotam nesta iniciativa, como tal, propõe-se um período de vigência de três anos.

A Câmara Municipal de Matosinhos preside ao FOPPSU – Fórum Português para a Segurança Urbana. Neste contexto, a CMM participará no desenvolvimento das acções previstas no âmbito desta organização:

Observatório Inter-municipal para a Segurança Urbana, que corresponde a uma estrutura informal de aproximação e cooperação com as autoridades públicas com intervenção na área da segurança urbana, bem como com as universidades e centros de investigação ligados ao estudo desta problemática, tendo em vista o desenvolvimento de instrumentos comuns de recolha, organização e processamento de dados.

Estratégia de Informação e Comunicação, que visa estabelecer as linhas de orientação em matéria de informação e comunicação do FOPPSU e dos seus associados perante os cidadãos em geral, promovendo a sua participação no



estudo e debate de soluções, mas também no acompanhamento e avaliação do processo de implementação de projectos na área da segurança e contribuindo para melhorar os níveis de confiança com as instituições do poder democrático e para criar uma cultura e sentimentos de segurança. A estratégia de informação e comunicação visa ainda estabelecer os meios para um protocolo eficiente de comunicação entre técnicos das autarquias e de outras entidades que participam em projectos a realizar no âmbito do FOPPSU.

Manual de Estratégia e Política de Segurança Urbana, que pretende dotar as autarquias de instrumentos comuns de suporte à definição das respectivas estratégias e políticas relacionadas com a segurança pública, a saúde pública e a protecção civil, mas também para a definição de estratégias conjuntas ou partilhadas, numa óptica de análise e abordagem globais ao estudo dos fenómenos da segurança e à definição de políticas de segurança urbana conjunta e de aplicação por procedimentos de cooperação inter-municipal.

Elaboração de um **Guia de Desenho Urbano para a Segurança e a Redução da Criminalidade**, um manual de orientação destinado a técnicos municipais e de outras entidades públicas e privadas com responsabilidade na concepção, planeamento e implementação de projectos de desenvolvimento de espaços urbanos públicos e privados, tendo em vista a aplicação de regras e princípios de segurança urbana baseada nos princípios CPTED (Crime Prevention through Environmental Design) de prevenção da criminalidade, da violência e de outros comportamentos anti-sociais através de um adequado desenho do meio ambiente urbano.

Estratégia de Desenvolvimento Associativo visa definir procedimentos e regras que estabeleçam um quadro favorável a uma activa participação dos autarcas e dos técnicos na actividade associativa, a afirmação e promoção do FOPPSU tendo em vista dinamizar um processo conducente à adesão generalizada das autarquias locais portuguesas e incentivar as práticas de cooperação e coordenação inter-municipal e inter-institucional e uma participação mais interventiva nas actividades de cooperação internacional do FESU.

Atendimento Integrado

O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem

na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Pretende-se que as famílias que recorrem ao Atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres.

No ano de 2008 será dada continuidade à disseminação desta nova metodologia de intervenção por todo o país prevendo-se ainda dentro do próprio Concelho de Matosinhos a abertura de novos pólos de atendimento e a continuação do apoio psicológico a situações sinalizadas.

Áreas de Actividade Municipal

Apoio às Actividades Económicas

2

Num contexto de maior protagonismo dos Municípios, com o crescimento das suas responsabilidades e competências, tem-se desenvolvido um novo conceito de cidade que aposta no empreendedorismo e na inovação. O Município terá, assim, a par da sua função de prestador de serviços, também, e em escala progressiva, um papel preponderante na promoção de diálogos e na dinamização da iniciativa local.

Para tal, Matosinhos terá de dotar-se de estruturas capazes de pensar em termos de planeamento estratégico integrado, assumindo a vanguarda, numa antecipação à própria iniciativa local.

Por isso, no apoio ao desenvolvimento económico do concelho de Matosinhos é central a **Promoção do Empreendedorismo** onde se pondera a criação de um Gabinete do Empreendedor com objectivos que vão além da informação, apoio e acompanhamento dos projectos e ideias de negócio:

- Estimular e apoiar a criação de novas empresas e de outras estruturas de apoio, promovendo a inovação tecnológica como factor estratégico para a sua competitividade;
- Qualificar e aperfeiçoar os recursos humanos para actuarem também em novos segmentos de mercado;
- Propor novas formas de aproveitar o potencial da região para criação de novos produtos e serviços e a sua internacionalização;
- Envolver a comunidade para discutir caminhos para o seu desenvolvimento, sensibilizando-a quanto à importância da inovação como propulsora do desenvolvimento económico;
- Criar um ambiente favorável ao crescimento de ideias criativas que possam dar origem a novos negócios que promovam o desenvolvimento do concelho.

A celebração de parcerias com as associações empresariais, como a AECM (Associação Empresarial do concelho de Matosinhos), a ANJE (Associação dos Jovens Empresários), a AEP (Associação Empresarial de Portugal), o ensino superior local (IPAM, ISSSP, ISCAP, ESAD) e as universidades regionais como

as do Porto, Aveiro e Minho, estruturas da administração pública central como o IAPMEI e a API e da sociedade civil como os “*business angels*” e a banca, e numa articulação estrita com o tecido empresarial, será preponderante para a apresentação e desenvolvimento de programas e projectos de promoção do empreendedorismo.

A adesão da Câmara ao **Programa Finicia**, prevista para o início de 2008, cujo objectivo é o apoio às necessidades de financiamento a PME de iniciativas empresariais reconhecidas como socialmente meritórias, economicamente sustentáveis e que revelem potencial de desenvolvimento, é um reflexo do estabelecimento deste tipo de parcerias. O mesmo acontece com a apresentação de candidaturas a outros programas comunitários do actual QREN.

A imagem Matosinhos como sendo uma cidade empreendedora passará também pela criação de incubadoras de empresas e/ou o Tecnopólo de Matosinhos, e por projectos de desenvolvimento integrado como os das Ruas Brito Capelo, Heróis de França e envolventes (já em fase conclusiva).

Também os dois Mercados Municipais se pretendem inseridos num processo de reconversão em espaços de excelência e de referência no que diz respeito a produtos frescos e de qualidade, alargando e promovendo novas valências para adequar a oferta às novas exigências dos consumidores.

As obras de recuperação e remodelação do **Mercado Municipal de Matosinhos**, elemento referencial e identificador da zona histórica e comercial da cidade, também ela objecto duma intervenção de revitalização urbanística,



iniciadas no último trimestre de 2007 pretendem-no tornar mais apelativo e

atractivo, perspectivando-se que, no seu interior, venha a funcionar uma Loja do Cidadão. Neste sentido, o ano de 2008 reserva grandes alterações também a este nível: o necessário redimensionamento dos seus espaços e layouts, assim como dos seus procedimentos e modelos de gestão, onde as novas tecnologias podem ajudar com a possibilidade da criação dum sítio comercial, das compras pela Internet e da entrega das compras ao domicílio e/ou local de trabalho, são apostas de dinamização e revitalização. Pretendem-se práticas inovadoras e afirmativas, ancoradas numa imagem de atendimento personalizada e de proximidade.

O **Mercado Municipal de Angeiras**, com a sua imagem solidificada de peixe fresco e de grande qualidade, com o desenvolvimento de novas valências com a das “compras do mês” tem todas as possibilidades de se transformar num pólo dinamizador da comunidade onde se insere e das freguesias limítrofes dos 3 concelhos (Matosinhos, Maia, Vila do Conde).



Importa igualmente a aposta no sector **cooperativista**, que se consubstanciará no nosso envolvimento em novos projectos como a Feira Mundial de Cooperativas a realizar em 2008 em Lisboa e no apoio à AGRIMA na busca de novas instalações e na criação de condição para a adequação ambiental do sector agrícola do concelho. Depois de finalizado o projecto de uma ETAR de resíduos da actividade pecuária perspectiva-se a sua localização e entrada inicio das respectivas obras.

A promoção dos direitos e interesses dos consumidores tem sido, através do **CIAC**, uma das apostas no desenvolvimento das políticas duma cidadania activa no concelho, numa perspectiva de resolução rápida dos conflitos de consumo, cada vez mais complexos, mais abrangentes e em maior número. O aumento das competências do CIAC, com a entrada em funcionamento do Tribunal Arbitral, implicará o envolvimento dos comerciantes do concelho e da sua associação empresarial representativa, assim como todas as entidades

públicas e privadas que estabelecem contratos comerciais com os seus clientes, com a celebração de protocolos de adesão plena aos objectivos e procedimentos do Tribunal Arbitral. Em 2008, pretende-se aumentar o número de iniciativas ao nível das acções de (in)formação e educação dos diferentes públicos consumidores, com uma aposta clara nos jovens e nas escolas e num grupo muito vulnerável, a terceira idade.

Áreas de Actividade Municipal

Turismo

2

Matosinhos é uma cidade abençoada pelo Mar. Directamente associada a este estão as grandes âncoras turísticas do concelho: a gastronomia, a arquitectura contemporânea e as peregrinações.

Em Matosinhos, o conceito de gastronomia conhece contornos distintos do habitual. Uma refeição em Matosinhos deixou de ser uma experiência meramente gustativa e passa a ser um desafio aos cinco



sentidos. O conceito d' «O Mar à Mesa» cada vez mais consolidado e a Festa do Mar a animar as noites em Matosinhos, transformaram a cidade, definitivamente, numa referência gastronómica no país. Paralelamente, Matosinhos participa em eventos como a Essência do Vinho e organiza o Congresso Nacional de Gastronomia que reforçam o peso de Matosinhos no panorama gastronómico nacional.

No que concerne à arquitectura contemporânea, Matosinhos continua a ser uma referência nacional e internacional. Arquitectos como Siza Vieira, Fernando Távora, Alcino Soutinho e Eduardo Souto Moura e as obras dos mesmos continuam a atrair um número extraordinário de turistas de todo Mundo, sendo, muitos destes, jovens arquitectos à procura de inspiração nas obras que exponenciam o encanto do Concelho.

A costa marítima retém a tradicional capacidade de atracção, complementada pela prática de inúmeras actividades de mar e de praia que devem ser trabalhadas e encaradas como vertentes turísticas a desenvolver – o mergulho, a vela, o surf, entre outros. Deste modo, o Snipes World Championship 2007, foi a prova que em Matosinhos existem todas as condições para a prática dos desportos náuticos mesmo em relação à alta competição. É, por isso, que nos regozijamos por receber no próximo ano na Marina de Leixões mais duas

competições internacionais de vela, só possível após os investimentos operados nesta infra-estrutura turística desde o ano passado.

O turismo cultural, as festas populares, o turismo sénior e religioso têm um potencial que está a ser objecto de uma outra atenção, em que os monumentos do concelho têm um papel importante.



2008 será, pois, um ano repleto de novos desafios nesta área. O ano será marcado pela modernização do Posto de Turismo de Matosinhos e pela entrada em funcionamento de um novo posto de Turismo, na marginal de Leça da Palmeira. Este será uma nova montra, promovendo a maior eficácia do atendimento turístico no Concelho, sobretudo daqueles que nos visitam a pretexto das obra de Siza Vieira na Marginal.



Não será pois de estranhar que 2008 seja igualmente o ano do relançamento do projecto do Restaurante da Piscina das Marés de Siza Vieira, peça que fechará a intervenção do arquitecto na sua marginal, na sua praia, piscina e

casa de Chá. Também o projecto de Eduardo Souto Moura, para a Marginal de Matosinhos, será retomado prevendo-se o lançamento dos equipamentos que encerrarão a intervenção já efectuada.

2007 viu consolidada a marca “Matosinhos – o mar à mesa”, referência da nossa gastronomia. Em 2008, usar-se-á a mesma estratégia para a recém criada marca “Matosinhos – Mar, Movimento e Cultura”, que pretende potenciar outros produtos turísticos de Matosinhos.





Ao nível da promoção do destino, para além da participação da autarquia na Bolsa de Turismo de Lisboa, na ExpoGaliza, na Vida Natura (Exponor), no Salão Imobiliário de Lisboa e OPPLive´07 em Londres, o próximo ano será marcado pela participação em diversas feiras

de turismo, ou de interesse para Matosinhos, nacionais e internacionais, de forma a tirar o melhor proveito das rotas de aviação de baixo custo para o aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Áreas de Actividade Municipal

Cultura e Animação

2

Janela aberta, privilegiada, da região para o Mundo, Matosinhos vem-se alicerçando, concomitantemente, nos últimos anos, como um dos mais importantes esteios culturais da Área Metropolitana do Porto.



A uma programação cultural que há já algum tempo se caracteriza pela sua regularidade, intensidade, ecletismo, consistência e exigência, veio somar-se mais recentemente um conjunto de estruturas municipais que solidificou ainda mais a qualificação da nossa oferta, de que os edifícios da Biblioteca e Galeria municipais são apenas os exemplos mais carismáticos.

Durante 2008 a Autarquia deverá seguir e aprofundar estas duas vertentes da sua política cultural, apostando, por um lado, na regularidade e qualidade da sua programação, e, por outro, na criação de novos equipamentos culturais.

Neste último contexto dever-se-á destacar a construção e conclusão do “novo” Cine-Teatro Constantino Nery que, pelas suas valências técnicas e arquitectónicas, se tornará num equipamento incontornável para uma vasta região.



Destaque, igualmente, para as profundas obras de conservação e remodelação do Museu da Quinta de Santiago, bem assim como para as obras de adaptação do imóvel da família Siza, recentemente adquirido pela Câmara, para aí instalar o Centro Documental Siza Vieira e a Associação Casa da Arquitectura até à abertura da Casa da Arquitectura.

Durante este ano deverão, igualmente, ser definidos os programas e projectos do núcleo museológico Guilherme Thedim (Santa Cruz do Bispo), do Museu Vivo da Indústria Conserveira (a instalar, em colaboração com a empresa, na Fábrica “Pinhais”, Matosinhos), do Museu da História de Matosinhos (a instalar no Palacete da Quinta da Conceição, Leça da Palmeira), do núcleo museológico/cultural da “Casa dos Balios” (junto ao mosteiro de Leça do Balio), e do núcleo cultural de Guifões.

Diversas intervenções arqueológicas e de restauro patrimonial, agendadas para este ano, poderão também potenciar futuros espaços de fruição cultural: Ponte D. Goimil (Custóias), Mosteiro de Bouças (Matosinhos), Casa dos Balios (Leça do Balio), monumento do Senhor do Padrão (Matosinhos). De igual modo dever-se-ão concretizar diversos monumentos, nomeadamente o evocativo do casamento do rei D. Fernando com D. Leonor Teles em Leça do Balio e o monumento ao Operário Conserveiro. No coração de Matosinho Sul.



Relativamente à programação dever-se-á salientar a aposta na manutenção de diversas iniciativas culturais que têm projectado Matosinhos à escala nacional e mesmo internacional: a música clássica (reforçada com aquela que será a primeira temporada do

quarteto de cordas recentemente criado pela Autarquia), o Encontro Internacional de Literatura em Viagem, o Festival de Jazz de Matosinhos, a programação das artes plásticas contemporâneas na Galeria Municipal, a Festa da Poesia, o projecto teatral “Salve a Língua de Camões”...

O apoio e a articulação com o tecido associativo concelhio, no âmbito cultural e desportivo, manter-se-á, e será reestruturado à luz das “Normas de Apoio



ao Associativismo” recentemente aprovadas por esta Autarquia.

A autarquia prosseguirá uma política de promoção do livro e da leitura de elevada qualidade. Destacam-se como acções prioritárias das Bibliotecas o Encontro Internacional: LEV – Literatura em Viagem, reunindo em torno do dia 23 de Abril – Dia Mundial do Livro e dos Direitos de autor, escritores provenientes dos 4 cantos do mundo, para falar de livros e viagens, sob a “capa” de temas sugestivos, em várias mesas redondas. O LEV abrange ainda uma programação mais vasta, com o lançamento do 1º número da Revista Itinerâncias, com lançamentos de livros de escritores aqui representados, com concertos intimistas, exposições que exploram várias matérias e materiais e encontros de escritores com as escolas.

O outro importantíssimo evento é a Festa da Poesia, já na sua 4ª edição. Se, num primeiro relance, parece ser uma homenagem à sua “musa”, Florbela Espanca, dado que se realiza sempre no dia do seu nascimento e morte, tal não é mais do que um pretexto para



proporcionar um marcante encontro entre todos aqueles que “praticam” a língua portuguesa. E porque a poesia é para ser dita, convidaremos alguns dos melhores poetas, músicos, actores e artistas que revelarão certamente todo o esplendor e plasticidade da poesia portuguesa e do mundo.

Será o ano também dedicado a dinamizar alguns dos mais importantes fundos reservados da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, designadamente o espólio literário de Florbela Espanca e António Nobre. Será publicada a obra: Perdidamente, de Florbela Espanca, que divulgará a correspondência privada de Florbela Espanca, adquirida pela Câmara recentemente, assim como será feita uma edição sobre António Nobre, divulgando algumas das facetas inéditas do espólio que existe na BMFE.

A biblioteca de S. Mamede Infesta desenvolverá uma dinâmica mais próxima dos vários públicos, trabalhando, por exemplo, com lares de terceira idade e escolas, alargando a sua actividade não só às oficinas da Páscoa, das Férias Grandes e do Natal, mas cultivando uma política de promoção do livro e da leitura mais regular.



A Biblioteca Itinerante prosseguirá o seu trabalho fundamental de ir ao encontro daqueles que têm maior dificuldade de acesso, designadamente escolas periféricas, estabelecimentos prisionais, juntas de freguesia e unidades hospitalares e as Bibliotecas de Praia continuarão a ser uma trave mestra nesta estratégia, proporcionado em variadas praias, que cobrem toda a costa de Matosinhos, a possibilidade de ter acesso directo a vários suportes e várias actividades.

Será dado ainda especial destaque às Bibliotecas Digitais. Pretende-se, a título exemplificado, efectuar o alargamento da rede virtual de bibliotecas às escolas do 2º e 3º ciclo e às Escolas Secundárias, integradas na Rede de Bibliotecas Escolares, com a aquisição do programa Horizon. Voltar-se-á a dar destaque ao jornal Mar de Letras, ponto de encontro obrigatório entre todos aqueles que se dedicam à promoção do livro e da leitura junto dos mais novos, designadamente técnicos, professores, pais, alunos e restante comunidade.

Em termos de investimentos, e com o intuito de disseminar os livros além portas, será adquirido um equipamento que actuará com uma espécie de mini-biblioteca 24 horas, num sistema semelhante ao Multibanco.

Será dada continuidade ao ciclo em torno das questões da fotografia, intitulado “Conversas Objectivas” e serão divulgadas as actas do 1º ciclo das Conversas Objectivas, que reuniu alguns dos maiores mestres da fotografia portuguesa. Relativamente aos espólios que integram o Arquivo Histórico, será também prosseguida uma política de divulgação.

Áreas de Actividade Municipal

Gestão Urbanística e Ordenamento do Território

Como se dizia no parágrafo introdutório do texto das GOP relativas ao ano findo “a gestão urbanística é uma função autárquica de operacionalização dos conceitos e orientações de enquadramento urbanístico e de regulação de todas as acções que tenham como objectivo urbanizar e construir”. Este conceito, serviu de guião e de fio condutor para todas acções que estão relacionadas com o acto de gerir e planear o território. O ano de 2008 não será, por isso, excepção.

Se alguns dos objectivos elencados para o ano de 2007 não foram cumpridos na íntegra, tal facto ficou a dever-se, fundamentalmente, à vastidão e complexidade de questões que envolvem o processo de modernização administrativa que



a Autarquia está empenhada em materializar e à adaptação dos Serviços aos novos Decretos-Lei que regulamentam a Gestão Territorial (DL 216/2007) e a Edificação e Urbanização (DL 60/2007), que exigem não só o seu conhecimento, como também determinam, eles próprios, alterações profundas nos procedimentos administrativos de gestão.

Apesar disso, são ambiciosos os objectivos que nos propomos atingir em 2008:

- **Modernização Administrativa**

- Concretização do processo de digitalização do Arquivo;
- Entrada em velocidade-cruzeiro do processo de Externalização do Arquivo;
- Conclusão do sistema normativo e de fluxograma funcional com vista à melhoria contínua na capacidade de resposta aos Municípios.

- **Continuação do processo de Inspeção e de Certificação periódica de Instalações de Combustíveis e de Equipamentos Electromecânicos.**

Trata-se de um processo contínuo de gestão iniciado no final de 2007 que,

por questões operacionais, não foi ainda adjudicado ao exterior, sendo presentemente gerido pelos serviços municipais.

- Revisão do **Regulamento de Urbanização e Edificação**, decorrente da entrada em vigor do DL n.º 60/2007, que estará deverá estar concluída no início do ano, mas que exigirá, ao longo do ano 2008, algumas alterações a conceitos que a experiência comprovou estarem desajustados da realidade.
- **Plano Director Municipal.**
 - Proceder à elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental de acordo com o DL nº 232/2007 de 15 de Junho;
 - Adaptar o processo de revisão do PDM às alterações introduzidas pelo D.L. nº 316/2007 de 19 de Setembro e a Portaria nº 1474/2007 de 16 de Novembro.
 - Elaborar uma “nova” proposta de Ordenamento decorrente dos dois processos atrás referidos.
 - Concluir os processos de redelimitação da RAN e da REN
 - Concluir a Carta de Zonas Mistas e Sensíveis
 - Concluir a proposta de classificação dos usos do solo urbano e não urbano.
 - Elaborar o Relatório e o Regulamento do “novo” PDM
 - Elaborar outros estudos de caracterização.
- **Planos de Urbanização e de Pormenor**
 - Conclusão dos procedimentos finais com vista à eficácia do Plano de Urbanização para o quarteirão da Rua Alfredo Cunha;
 - Continuação do processo de elaboração dos seguintes planos:
 - Plano de Urbanização de Matosinhos Sul;
 - Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da



- Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1;
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação do Nó do IC1 à Rua do Alto do Viso;
 - Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da Rua do Alto do Viso à E.N. 14;
 - Plano de Urbanização para o Centro Urbano de Lavra;
 - Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo;
 - Plano de Urbanização para a Nova Centralidade de Perafita;
 - Plano de Urbanização de Real de Baixo;
 - Plano de Urbanização para uma zona a sul da Rua Armando Vaz em Leça da Palmeira;
 - Plano de Urbanização do Complexo Desportivo do Mar e sua envolvente;
 - Plano de Urbanização para o centro urbano de Perafita;
 - Plano de Urbanização para Zona Antiga de Leça da Palmeira.
- Continuação do processo de acompanhamento na elaboração dos seguintes planos:
- Plano de Urbanização para o novo centro urbano de Cabanelas;
 - Plano de Urbanização para a envolvente à Rua de Recarei;
 - Plano de Pormenor para a envolvente à Quinta de S.to António;
 - Plano de Pormenor do Parque Desportivo Nascente;
 - Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente;
 - Plano de Urbanização para a Rua do Sobreiro na Senhora da Hora (Caulinos).
- Adjudicação de elaboração dos seguintes planos:
- Plano de Urbanização para o Araújo;
 - Plano de Urbanização de Angeiras de Cima;
 - Plano de Urbanização para Pampelido;
 - Plano de urbanização da Zona Industrial das Carvalhas.



- **Mobilidade**

- Elaboração de estudo para fixação de novos alinhamentos “ non-aedificandi”, aplicados à rede viária nacional implantada no concelho (IP4/A4,VRI, IC24/A41), de acordo com o previsto no art. 4º do Dec. Lei nº 13/94 de 15 de Janeiro;
- Elaboração e acompanhamento dos estudos viários intermunicipais;
- Acompanhamento das obras de inserção urbana dos grandes eixos rodoviários recentemente implantados em Matosinhos, assim como do Metro de Superfície da AMP;
- Acompanhamento dos estudos de Integração Paisagística relativos ao IP4, VRI e IC24;
- Elaboração e acompanhamento de um conjunto de estudos viários, com vista à melhoria das acessibilidades e da mobilidade municipal

.

- **Informação geográfica**

- Preenchimento e consolidação da base de dados de acordo com a estrutura já definida
- Desenvolvimento da aplicação MunisigWEB de forma a permitir a todos os serviços a consulta e a produção de informação geo-referenciada
- Customização e inserção de novas valências e de nova informação na página do SIG na Internet.

Áreas de Actividade Municipal

Ambiente

2

Criada a imagem “Amma - Ambiente Matosinhos”, sobre a qual se desenvolve toda a estratégia de ambiente no concelho, podemos afirmar que 2008 vai ser o ano de concretização de projectos estruturantes.

Sendo o ambiente um vector estruturante das componentes económicas e sociais, compreende-se que os projectos sejam transversais e, consequentemente, alicerçados em programas técnicos devidamente validados. Em temas como litoral, resíduos, espaços verdes ou tratamento de efluentes, os projectos parcelares são desenvolvidos em estreita colaboração com instituições universitárias e consultores, de forma a conseguirmos crescer mais, mantendo sempre a capacidade de inovação e melhoria contínua que caracteriza Matosinhos.

Na componente litoral, 2008 vai marcar pelos investimentos públicos e privados, que de uma forma quase radical vão mudar a face das nossas **praias e ribeiras costeiras**. Para além dos novos apoios de praia que vão surgir, de iniciativa privada mas com



profundo incentivo municipal, a CMM vai iniciar intervenções de vulto, como na Praia da Agudela e na Praia da Quebrada. Ao mesmo tempo, daremos por concluída a intervenção na marginal da Boa Nova, abrindo mais 2000 metros de costa à população. Daremos início à valorização ambiental das nossas ribeiras, começando pela Ribeira da Guarda, a qual passará a integrar a estrutura verde costeira. Corolário deste grande investimento, é o passadiço da orla costeira, com mais de 12 Km, e que vai permitir unir todo o litoral num percurso pedonal e ciclável.

No que se refere aos **resíduos**, passamos a ter duas concessões e a prestação de alguns serviços por administração directa. Estando já concluído o estudo estratégico para a recolha de resíduos sólidos em Matosinhos, ser-nos-á permitido traçar novas metodologias de recolha. Ião assim ser instalados

novos equipamentos enterrados de recolha que permitem uma maior integração urbanística e ambiental, contribuindo para solucionar também o problema da acumulação de resíduos, principalmente aos fins-de-semana.



Acompanhando esta dinâmica, também na componente de **espaços verdes**, novos projectos vão surgir. Por um lado, projectos de grande dimensão, devendo entrar em fase de execução o Parque da Paz, na envolvente à zona desportiva de Leça do Balio,

o Parque Verde do Vale do Leça, entre o Porto de Leixões e o Monte Castelo, ou ainda o Parque Ecológico de Monte de S. Brás. Cada um destes parques terá mais de 10 hectares ou frente com pelo menos 500 metros. Estes projectos permitem uma vivência da natureza, interrelacionando gerações, através de pontos de interesse diversificados, assim como a preservação e valorização do Vale do Leça como corredor ecológico fundamental de Matosinhos e da área metropolitana.

Tão importantes como os grandes parques, são os jardins e espaços verdes de proximidade. O Jardim das Austrálias, e o jardim nos terrenos envolventes à Feira de Custóias, o jardim da Quinta do Vieira, o jardim da envolvente à Capela de S. Sebastião, em Leça do Balio, são alguns dos bons exemplos dos novos jardins que vão ser concretizados em 2008. Por outro lado, na área da gestão de espaços verdes, realça-se o concurso de Concessão para a Quinta da Conceição, através do qual se vai empreender uma nova dinâmica neste emblemático espaço, e a prestação de serviços integrada para jardins e escolas, que entre outras mais valias, vai permitir a execução de hortas pedagógicas para apoiar os espaços educativos.

Porque falamos de hortas, não podemos esquecer o Projecto “Horta-à-Porta”, já implementado com



grande sucesso em Custóias, e que em 2008 será estendido a quatro novas freguesias. Este projecto é uma reinterpretação de jardim urbano, pois mais do que uma área de lazer, é efectivamente um espaço de socialização, no qual as populações participam activamente na gestão dos espaços. Senhora da Hora, Perafita, Matosinhos e São Mamede Infesta, são as próximas freguesias a receber este projecto. Projecto particularmente interessante e que vai mudar a face de duas das mais importantes avenidas da zona de Matosinhos Sul, é o enquadramento paisagístico e arborização da Rua Sousa Aroso e da Av. Meneres.

Propomo-nos, ainda, em 2008 adaptar alguns dos regulamentos municipais à nova realidade, nomeadamente na componente de resíduos, espaços verdes e cemitérios.



Particularmente em matéria de **cemitérios**, vai existir um elevado esforço, no sentido de melhorar as condições oferecidas. Em Sendim, vai surgir o Tanatório, projecto de dimensão regional, e que vai responder a uma

crescente procura que a sociedade manifesta no momento de prestar a última homenagem a entes queridos. Com este novo equipamento, vai ser possível realizar cerimónias com carácter ecuménico, dando a escolher três modelos diferentes de destino: enterramento, jazigo aeróbio ou cremação. Paralelamente, vai ser feita uma obra de beneficiação geral do cemitério, que passa pela drenagem de águas subterrâneas, iluminação, novos ossários, e outros melhoramentos. Será ainda instalada a decomposição aeróbia, em Sendim. O cemitério de Custóias vai igualmente receber novos ossários.

Uma outra área fundamental de interligação de todas as demais, é a sensibilização e **educação ambiental**. Com a abertura do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Matosinhos, entramos numa nova era de educação ambiental. Em



colaboração com a Universidade do Porto, está já em ultimação a unidade laboratorial experimental, que vai permitir às crianças e jovens um contacto com a natureza e a ciência. Já no que se refere à Orla Costeira, o protocolo com o FAPAS será reforçado.

Com o Instituto Superior de Engenharia do Porto, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e com o INEGI traremos novas componentes para a política, já vasta, de ambiente em Matosinhos. Conservação da energia nos edifícios públicos, eficiência dos sistemas de iluminação pública, sistema dinâmico de informação costeira e robótica nas praias, são alguns dos bons exemplos de projectos inovadores e importantes para o desenvolvimento sustentável.

Interrelacionado com todas estas vertentes de gestão de ambiente, está o **programa de responsabilidade social**. Este programa visa a integração de pessoas e cidadãos portadores de deficiência e reclusos (femininos e masculinos), por via da contratação para o desempenho de funções de conservação de jardins, limpeza da orla costeira e limpeza de parques urbanos. Neste programa estão actualmente envolvidos os Estabelecimentos Prisionais de Santa Cruz do Bispo (Masculino e Feminino), o CEFPI e a Adeima.

Áreas de Actividade Municipal

Mobilidade

2

Durante o ano de 2007 assistimos em Matosinhos a uma progressiva readaptação dos fluxos de tráfego urbanos e interurbanos às novas vias, especialmente devido à entrada em funcionamento do troço final do IP4 que liga Sendim a Águas Santas. A grande capacidade dessas vias gerou uma forte atractividade da cidade de Matosinhos, ao nível das suas acessibilidades, e começou já a causar alguns constrangimentos no seu centro urbano.



A Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo a tomar algumas medidas ao nível da gestão da infra-estrutura rodoviária e da fiscalização de estacionamento abusivos, mas impõem-se agora outro tipo de medidas, nomeadamente a implementação de soluções que garantam um melhor fluidez de tráfego em alguns pontos de conflito. Para tal foram analisados alguns locais estratégicos do concelho de Matosinhos e propostos novos desenhos viários. A materialização desses estudos irá concretizar-se durante o ano de 2008, através da construção de novas rotundas e do teste de um novo conceito de circulação para a Av. Serpa Pinto.

Mas o desenvolvimento sustentável das nossas cidades não se pode basear apenas numa boa gestão do tráfego; passa também pela implementação de medidas indutoras de novos hábitos de mobilidade, novos modos de transporte e incentivos aos transportes



públicos e aos transportes não poluentes. Devem ser promovidas redes seguras e ambientalmente saudáveis para peões e para ciclistas, como complemento ao uso do automóvel.

Por outro lado, o planeamento urbano das cidades deve, cada vez mais, salvaguardar as acessibilidades para todos, sobretudo às pessoas com mobilidade reduzida. Continuaremos, por isso, a considerar como prioritária a eliminação de barreiras arquitectónicas em todo o concelho, especialmente nos percursos e passagens de peões e nas acessibilidades aos edifícios públicos. Durante 2008 tornar-se-ão bem visíveis nas freguesias de Matosinhos e de Leça da Palmeira e nos centros cívicos de todas as freguesias os esforços realizados na eliminação de barreiras arquitectónicas no espaço público, bem como nos edifícios públicos.

O nosso empenhamento no decréscimo dos níveis de sinistralidade rodoviária no concelho de Matosinhos continuará também a ser prioritário, merecendo especial atenção a diminuição da velocidade excessiva praticada em alguns locais onde, a par da sensibilização aos condutores, deverão ser instalados radares com fotografia em caso de velocidade excessiva.

Neste contexto, os principais objectivos para 2008 na área da mobilidade consistem em:

- **Gestão de Tráfego**

- Construção de uma rotunda distribuidora no cruzamento junto ao Tribunal de Matosinhos (na Rua Augusto Gomes com Alameda Água Viva);

- Construção de uma rotunda no cruzamento da Rua dos Quatro Caminhos com a Rua do Sobreiro, na freguesia da Sra. da Hora, após a fase de testes operada desde a semana da mobilidade;



- Teste de um novo conceito de circulação viária para a Av. Serpa Pinto, através da construção de uma rotunda no topo com a Av. Eng. Duarte Pacheco e com eventual recurso a um separador físico ao longo da avenida de modo a garantir uma segregação de tráfegos e de usos da via (circulação, estacionamento, transportes públicos, peões e lazer);

- Entrada em funcionamento da Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões que aliviará os centros urbanos de Matosinhos e Leça da Palmeira de um significativo volume de tráfego de veículos pesados.

- **Acessibilidades**

- Continuação do programa de eliminação de barreiras arquitectónicas, dando cumprimento aos objectivos da “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos” e iniciando um novo ciclo para os próximos dois anos que será a eliminação de barreiras na cidade de Matosinhos (freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira) e em todas as zonas envolventes às sedes de freguesia do concelho, especialmente no que diz respeito aos percursos e às passagens de peões.

- **Segurança Rodoviária**

- Continuação da implementação de medidas para a redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária no concelho de Matosinhos. Monitorização das medidas já adoptadas, no âmbito do programa “Pequenas Medidas Grandes Efeitos” e introdução das ainda necessárias.

- Continuação do Programa de pinturas de marcas rodoviárias, em todo o concelho de Matosinhos, em especial as passagens de peões, de forma a garantir boas condições de visibilidade da sinalização horizontal, contribuindo assim para uma crescente melhoria das condições de segurança rodoviária no concelho de Matosinhos.

- Instalação de radares com fotografia nos locais com velocidade excessiva.

- **Estacionamento**

- Construção do Parque de Estacionamento periférico de Manhufe, na freguesia de Matosinhos, com uma capacidade aproximada de 750 lugares.



- Entrada em funcionamento da nova rede de lugares de estacionamento pago à superfície e revisão do actual Regulamento de estacionamento de duração limitada, nomeadamente que respeita às zonas.

- **Plano de Melhoria da Qualidade do Ar**

No âmbito do Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte, que está a ser elaborado pela CCDR/N com a colaboração das autarquias, entre outras entidades, deveremos iniciar, em 2008, a implementação de algumas medidas que possam contribuir, de forma significativa, para a melhoria da qualidade do ar nos nossos principais núcleos urbanos.

Assim, relativamente às medidas apontadas pelo referido programa Matosinhos dará o seu contributo nomeadamente através da construção do parque de estacionamento periférico de Manhufe E na manutenção da fiscalização do estacionamento abusivo nos centros urbanos do concelho. Propõe-se ainda a implementação em 2008 de um novo plano

de interdição à circulação de veículos pesados nos núcleos urbanos de Matosinhos e Leça da Palmeira, aproveitando a entrada em funcionamento da VILPL para aumentar o perímetro das zonas a interditar.

Ainda durante 2008 deverá ser lançado um novo estudo sobre a mobilidade em todo o concelho articulando as condições de circulação viária com os transportes públicos, com particular incidência para o Metro do Porto e para a rede de autocarros bem como deverá ser lançado o projecto de requalificação da estrada da circunvalação, onde a sua articulação com a cidade de S. Mamede Infesta deverá merecer relevo.

Áreas de Actividade Municipal

Segurança e Protecção Civil

2

Tendo por atribuição a coordenação da actividade da polícia municipal, da fiscalização municipal, das contra-ordenações, e do serviço municipal de protecção civil, o Departamento de Segurança e Protecção Civil da Câmara Municipal de Matosinhos privilegia o carácter eminentemente formativo da actuação dos elementos que nele trabalham, numa perspectiva de interacção positiva e significativa com a população. Neste âmbito, procura-se, nas suas acções, estabelecer contactos directos com os munícipes, tanto em termos de sensibilização, como de mobilização de todos, em torno das grandes questões da Segurança e da Protecção Civil.

O trabalho realizado pelo Conselho Municipal de Segurança, de identificação e caracterização dos pontos-chave da temática da segurança, bem como a importante partilha e reflexão conjunta entre todas as forças que nesta área actuam, revelaram-se essenciais na prossecução de medidas conducentes à diminuição dos factores potenciadores de insegurança, seja ela de que tipo for. Assim, manter-se-á a dinâmica, quer deste Conselho, quer ainda da Comissão Municipal de Protecção Civil.

O Departamento irá, em termos genéricos, manter especial enfoque na gestão e implementação de métodos de trabalho que, do ponto de vista administrativo, permitam agilizar os serviços, tirando maior partido das informações recolhidas e sistematizando-as.

Para o ano de 2008, e partindo das mais valias adquiridas, quer em termos orgânicos, quer de actualização do conhecimento, são as seguintes as linhas de força das actividades das diferentes unidades orgânicas:

POLÍCIA MUNICIPAL e FISCALIZAÇÃO

As suas áreas de intervenção – urbanismo, construção, defesa e protecção do meio ambiente e do património cultural – desmultiplicadas nas funções que lhe são próprias – fiscalização do cumprimento das normas e regulamentos

municipais e do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, cooperação com outras forças de segurança, e sensibilização das populações relativamente



a questões de interesse social – fazem da Polícia Municipal uma força de grande visibilidade, em termos da percepção com que os munícipes encaram a gestão autárquica. Por isso mesmo, à Polícia Municipal cabe, também, um papel fulcral no estreitar de laços entre Município e munícipes. Com a sua presença diária e permanente junto da comunidade, a Polícia Municipal procurará contribuir positivamente para o nível de qualidade que caracteriza a vida das populações do Concelho. Por outro lado, procurar-se-á, através da intervenção nas escolas do Concelho, exercer uma acção pedagógica no que concerne a adopção e protecção de posturas de civismo, por parte de crianças e jovens.

A alteração do fardamento dos agentes, com vista à sua melhor visualização, conforto e modernidade, irá complementar o reforço em 16 novos agentes dos efectivos da Polícia Municipal.

A actuação da Polícia Municipal continuará a incidir no controlo das práticas de venda ambulante ilegal, na promoção da mobilidade rodoviária e pedonal, com recurso a meios de remoção de viaturas (reboques) e bloqueadores, na fiscalização de depósito de resíduos sólidos urbanos, e na fiscalização na área do ruído e do ambiente.

O Serviço de Fiscalização Municipal irá continuar a desenvolver tarefas que vão da fiscalização propriamente dita, ao fornecimento de informações



necessárias aos diversos serviços municipais, no âmbito das duas grandes vertentes que o caracterizam: a fiscalização do cumprimento das posturas e regulamentos municipais, e a colaboração com os restantes serviços municipais, nomeadamente em matéria de notificações, citações e outras diligências. Para além destas, cabe-lhe, também, um papel importante nas questões que dizem respeito à protecção ambiental no espaço do concelho, nomeadamente na fiscalização do levantamento de todos os painéis de publicidade e com acção preventiva em limpeza de terrenos.

O reforço do número de funcionários, complementado com a formação pontual, em tarefas de maior complexidade, de equipas que integrem a Polícia Municipal, associado à aquisição de novas viaturas e de software específico, constituem objectivos a alcançar nesta unidade orgânica.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL



A principal finalidade dos serviços municipais de Protecção Civil é a protecção física de pessoas e de bens, em situação de grave risco colectivo, acidente grave ou catástrofe. Isto implica a total disponibilidade dos

seus operacionais, pelo que estes serviços se encontram em permanente estado de prevenção, prontos a reunir e coordenar os meios técnicos e humanos necessários à resolução de todo o tipo de situações de emergência extrema, em que a segurança e a vida das pessoas possa estar em perigo. Este serviço reveste-se de uma grande importância no concelho de Matosinhos, dadas as suas características específicas. O concelho reúne inúmeros factores de risco em espaço urbano, nomeadamente indústrias de transformação e armazenamento de petróleo e seus derivados, aos quais é necessário corresponder com uma estratégia sustentada e definida de

Protecção Civil. Para além disto, os serviços de Protecção Civil continuam a apostar no envolvimento das populações e na sua formação e consciencialização como auxiliar eficaz de prevenção de situações de risco.



No ano de 2008, para além das reuniões da Comissão Municipal de Protecção Civil, irão decorrer diversas acções de promoção da visibilidade dos Serviços de Protecção Civil, junto de públicos diversificados: Dia Internacional da Protecção Civil e Municipal

da Protecção Civil e Segurança, com a realização de uma feira subordinada aos temas “Clubes de Protecção Civil” e “O valor dos Agentes de Protecção Civil”, com o envolvimento de escolas e Agentes de Protecção Civil; Dia Municipal dos Clubes de Protecção Civil, consistindo na realização de pequenos espectáculos sob o tema “Clubes de Protecção Civil”, apresentados por alunos do 1º ciclo, no âmbito das actividades extracurriculares e tendo como tema base os Clubes de Protecção Civil; informação pública sobre Indústrias SEVESO II, com acções que pretendem atingir o maior número de população possível e criar na população um sentimento positivo, mas consciente, relativamente às empresas Seveso; criação de um Sistema de Salvamento Aquático nas Praias compatível com a qualidade das praias de Matosinhos, que funcione durante todo ano, com especial incidência na época balnear. Para além disto, procurar-se-á adquirir estudos especializados no âmbito da Protecção Civil, proceder-se-á à aquisição de Fardamento para a Protecção Civil e à manutenção do apoio ao trabalho dos bombeiros, quer através da atribuição de subsídios, quer da Comemoração do Dia Municipal do Bombeiro. Serão também elaborados Planos de Emergência dos edifícios municipais.

Por último, embora não menos importante, está em análise a criação de um corpo de bombeiros profissionais, na dependência do município, que poderá proporcionar uma melhor resposta em matéria de socorro.

Áreas de Actividade Municipal

Desporto

2

Matosinhos é um concelho de arraigada tradição associativa no campo desportivo. Por tal motivo a Autarquia encontra, nessas expressões da comunidade, um importante parceiro para a concretização de uma política de incentivo à prática desportiva que é, no nosso mundo contemporâneo, um factor incontornável quando se equaciona a qualidade de vida das populações.

Dois recentes documentos/instrumentos aprovados pela Câmara Municipal – as “Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo” e o “Conselho Consultivo



para o Desporto” – vieram juntar-se à “Carta Desportiva do Concelho” para que a intervenção autárquica nesta área se pautasse, cada vez mais, por factores de transparência, justiça e efectivo apoio aos organismos que promovem, de um modo qualificado

e devidamente integrado, as diferentes modalidades.

Durante 2008 concretizar-se-á, pela primeira vez, o cruzamento destes diferentes instrumentos, permitindo uma gestão que se pretende de maior acuidade e que responda de um modo eficaz às necessidades sentidas pelas colectividades, através de um



apoio às suas actividades, mas também ao investimento em infra-estruturas e equipamentos.

Com este mesmo objectivo manter-se-ão os protocolos, já existentes, com o Centro de Medicina Desportiva e com as diferentes Associações e Federações, num inequívoco apoio aos escalões de formação.

A acção da Autarquia não se esgotará, contudo, no apoio ao tecido associativo do concelho. Mantém-se a aposta na construção de múltiplos equipamentos desportivos municipais, um pouco por todo o concelho, e na sua gestão eficaz através, nomeadamente, da empresa municipal “MatosinhoSport”.

Durante o ano de 2008 estarão em curso ou serão lançados os investimentos relativos aos seguintes equipamentos desportivos:

Campo de Futebol de Custóias;
Sede do Grupo Desportivo de S. Sebastião;
Pavilhão Municipal do Padrão da Légua;
Piscina e Pavilhão Municipal d e de Guifões;
Ampliação da Piscina Municipal de Matosinhos;
Remodelação do Pavilhão de Leça do Balio;
Remodelação do Pavilhão da Biquinha;
Requalificação do Pavilhão de Matosinhos;
Requalificação do Pavilhões da Senhora da Hora;
Requalificação do Pavilhões de Custóias;
Parque Desportivo Nascente;
Complexo Lúdico-Desportivo de Esposade.

De igual modo, e em articulação estreita com a empresa municipal, manter-se-ão e aprofundar-se-ão diversos programas de incentivo à prática desportiva informal por parte de largas franjas da população, através de experiências que, como o “Põe-te a Mexer” ou “Férias



Desportivas”, tanto sucesso e adesão têm revelado.

Áreas de Actividade Municipal

Habitação

2

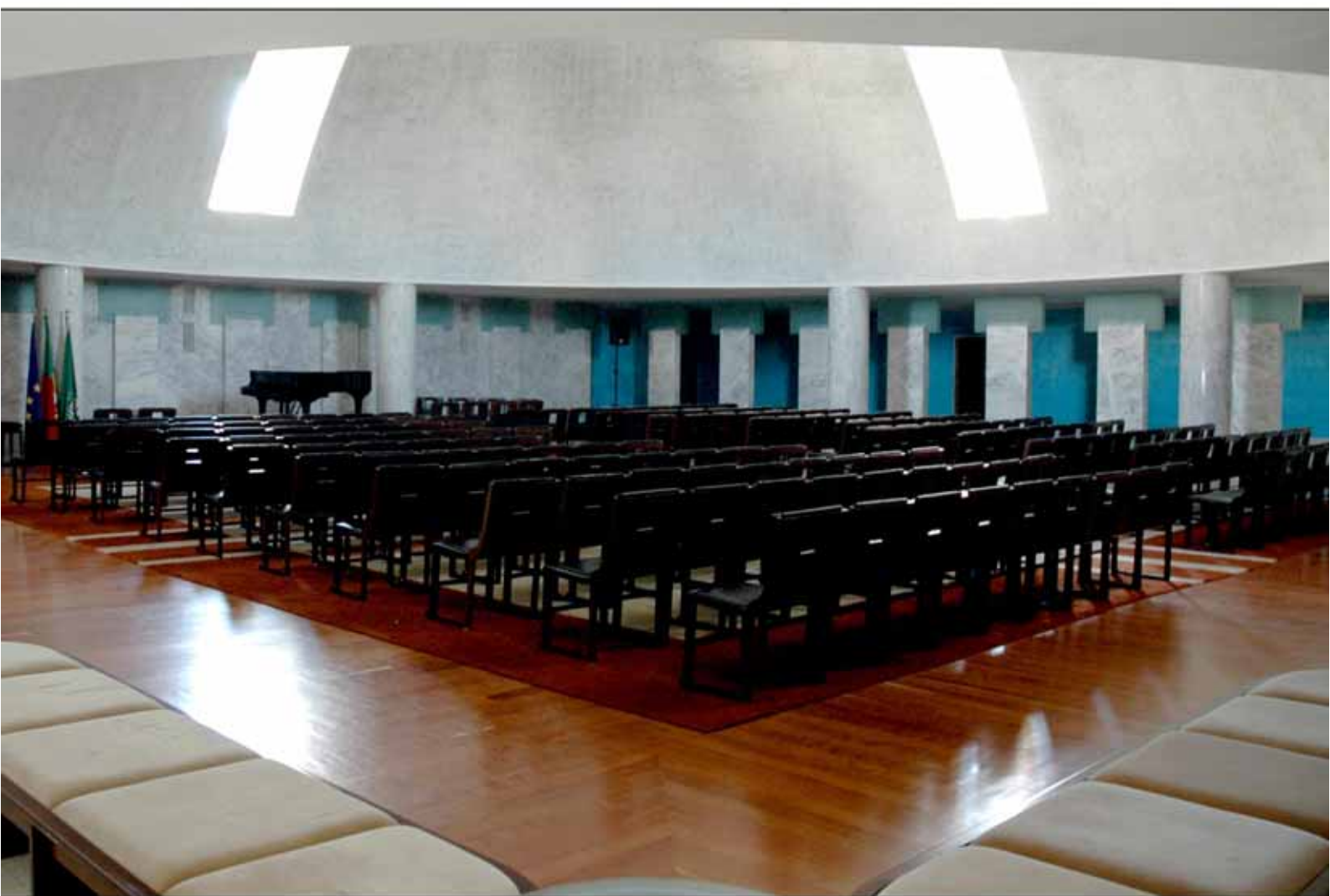
A política de habitação da CMM tem como braço operacional a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação na sua qualidade de gestora do património da Câmara Municipal de Matosinhos. Apesar de a política para esta área de intervenção municipal estar esplanada no plano da Matosinhos Habit, permitimo-nos destacar algumas das intervenções:



- Construção de 11 fogos da 2ª fase do Conjunto Habitacional do Estádio do Mar;
- Continuação do programa de conservação e manutenção dos conjuntos habitacionais, quer municipais, quer os adquiridos em regime de CDH, quer no edificado quer ao nível dos arranjos exteriores;
- Serão lançadas as obras coercivas que se mostrarem convenientes e dado um novo impulso ao REGEU.



Gestão Financeira



1. RECEITA PREVISIONAL

1.1 – Critérios de avaliação da receita

Tal como habitualmente, a estimativa das diferentes rubricas da receita resultaram, na sua quase totalidade, da média aritmética observada nos 24 meses anteriores à elaboração do presente documento. Este é um procedimento que se enquadra nas disposições legais que, sobre esta matéria, o POCAL determina, nomeadamente no que respeita a impostos, taxas e tarifas. Naturalmente que capítulos tais como transferências, passivos financeiros e alguns outros fogem a esta regra, havendo aqui que respeitar, quando é caso disso, os valores de protocolos, contratos ou ainda candidaturas que, para este efeito, foram apurados pelos diversos serviços responsáveis pela sua gestão.

Sob pena de se desvirtuar o conteúdo de algumas rubricas, à semelhança aliás de anos anteriores, mantendo por conseguinte inalterados os fundamentos então apresentados para tal, haverá uma ou outra excepção à aludida regra geral da média. Estão, neste caso, os débitos de algumas entidades, cuja dimensão associada às expectativas da sua liquidação para breve, aconselham, a nosso ver, dotar as respectivas rubricas com os valores que efectivamente se perspectiva venham a ser liquidados durante a Gerência em apreço. Estes casos serão abordados mais adiante.

1.2 – Estrutura da receita

A receita inscrita no presente orçamento ascende a 125.686.816 euros.

Capítulos	Previsão	Peso
Receitas Correntes	95.783.498,00	76,2%
01 Impostos Directos	46.850.698,00	37,3%
02 Impostos Indirectos	20.970.517,00	16,7%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.723.003,00	1,4%
05 Rendimentos de Propriedade	3.084.827,00	2,5%
06 Transferências Correntes	15.983.945,00	12,7%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	6.945.675,00	5,5%
08 Outras Receitas Correntes	224.833,00	0,2%
Receitas de Capital	29.903.318,00	23,8%
09 Vendas de Bens de Investimento	14.000.010,00	11,1%
10 Transferências de Capital	13.786.424,00	11,0%
11 Activos Financeiros	1,00	0,0%
12 Passivos Financeiros	2.110.000,00	1,7%
13 Outras Receitas de Capital	6.883,00	0,0%
Outras Receitas	0,00	0,0%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,0%
Total da Receita	125.686.816,00	100,0%

Atendendo à sua natureza, sobressairá antes de tudo o predomínio da receita corrente. De facto o seu valor, 95.783.498,00 euros, atinge a fasquia dos 76% da receita total orçada, contra os 24% da receita de capital. Este é pois o perfil ou o traço essencial que caracterizará a receita assim estruturada: três quartos da receita total prevista são provenientes de receitas correntes da autarquia.

Uma aproximação a estas duas grandes categorias da receita revelará ainda que cerca de 54% do seu valor está concentrado em apenas duas do conjunto de rubricas que constituem o seu elenco. São elas os impostos directos e indirectos, os quais totalizam 67.821.215 euros. A receita fiscal contudo reforçará em 1.723.003 euros este último valor, dada a inclusão do capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades naquele grupo, representando mais de 55% do orçamento para 2008.

Outro grupo a isolar será o das Transferências. Para além das transferências da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS) que representam, no seu conjunto, cerca de 16.558.779 euros (o que representa um acréscimo de 5% face a 2007), dever-se-á mencionar que 5.159.919 euros se destinam a complementar financiamentos no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

As restantes rubricas ou grupos assumem menor importância que as anteriores no cômputo do orçamento global, assumindo um carácter, se não marginal, pelo menos significativamente menos estruturante. De facto, com exclusão da Venda de Bens e Serviços Correntes, cuja previsão está orçada em 6.945.675 euros, influenciada sobretudo pelos serviços de resíduos sólidos, e pela Venda de Bens de Investimento (terrenos), rubrica para a qual se estima um valor de aproximadamente 14 milhões de euros, todas as outras rubricas têm valores abaixo dos 3,1 milhões de euros.

1.3 - Receitas próprias e alheias

Como consequência do que atrás foi referido, à receita própria será acometida a maior parcela dos fundos previstos para o ano em apreço. Tal primazia é aliás bastante expressiva, uma vez que aproximadamente 75% dos fundos da receita total orçada estão enquadrados nesta categoria. Naturalmente que este novo enfoque da receita não alterará a contribuição absoluta e relativa da generalidade dos seus capítulos e, nessa medida, mais do que retomar esta perspectiva, feita no ponto anterior, importará detalhar alguma informação que, porventura, relevará para esta vertente.

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	93.806.447,00	74,6	100,00	
<i>Fiscal</i>	69.544.218,00	55,3	74,14	
Impostos Directos	46.850.698,00	37,3	49,94	
Impostos Indirectos	20.970.517,00	16,7	22,36	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.723.003,00	1,4	1,84	
<i>Não Fiscal</i>	24.262.229,00	19,3	25,86	
Rendimentos de Propriedade	3.084.827,00	2,5	3,29	
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.945.675,00	5,5	7,40	
Vendas de Bens de Investimento	14.000.010,00	11,1	14,92	
Outras	231.717,00	0,2	0,25	
Alheia	31.880.369,00	25,4		100,00
Transferências Correntes	15.983.945,00	12,7		50,14
Transferências de Capital	13.786.424,00	11,0		43,24
Passivos Financeiros	2.110.000,00	1,7		6,62
Outras Receitas	0,00	0,0		0,00
Total da Receita	125.686.816,00	100,0		

Assim contrapondo receita própria e alheia, estabelecida que está a importância do contributo da receita fiscal, justificar-se-á aqui referir a propósito desta última que, salvo duas excepções, a regra subjacente às projecções que aqui se apresentam foi a da média aritmética, verificada nos últimos 24 meses, para todo o rol de rubricas ou itens que perfazem este grupo. A regra adoptada enquadra-se no conjunto de disposições legais previstas no POCAL sobre esta matéria e afigura-se-nos, dentro destes condicionalismos, como a mais ajustada face à imponderabilidade dos factores, nomeadamente económicos, que pesam e afectam a execução dos respectivos valores.

A excepção atrás aludida respeita à Ocupação da Via Pública, incluída no capítulo dos Impostos Indirectos. A presente projecção reflecte dívidas ou créditos de montante significativo. Está em causa o pagamento das taxas por ocupação do subsolo com condutas liquidadas às Petrolíferas instaladas no Concelho nos últimos anos, processo de alguma forma conturbado pela impugnação das taxas aplicadas que estas empresas têm interposto junto do poder judicial. Contudo a sua evolução mais recente, nomeadamente as decisões do Tribunal Constitucional sobre esta matéria reforçam as expectativas de um desfecho favorável à Câmara, razão pela qual terão sido inscritos metade dos valores em dívida.

Relativamente à componente alheia da receita, a nossa atenção dirige-se quer para as Transferências quer para os Passivos Financeiros, como aliás se pode verificar no quadro anterior.

No que às transferências respeita, tendo sido já feita uma referência às contribuições decorrentes da Administração Central a título de F.E.F. e F.S.M. e a participação no IRS, importará referir que os valores que ora se consideram tomaram como base a proposta do Orçamento de Estado para 2008. Os montantes são os que se representam no quadro seguinte.

Transferências	Corrente	Capital	Total
FEF	3.939.736	2.626.490	6.566.226
FSM	2.296.524		2.296.524
PARTICIPAÇÃO IRS	7.696.029		7.696.029
Total	13.932.289	2.626.490	16.558.779

Das restantes transferências, as que se destinam ao investimento assumem um maior peso, como se pode verificar pela análise do quadro seguinte

Outras Transferências	Corrente	Capital	Total
	2.051.656	11.159.934	13.211.590

De entre estes haverá naturalmente valores cuja dimensão justificará uma referência. Dos 11.159.934 euros, relativos a transferências de capital, 5.159.919 euros dizem respeito a candidaturas ao FEDER para financiar a construção de infraestruturas e arruamentos, a remodelação do Teatro Constantino Nery e a conservação do Museu da Quinta de Santiago. Os restantes 6 milhões de euros referem-se aos donativos previstos para 2008 constantes do protocolo de cooperação entre a Petrogal e o Município de Matosinhos, assinado em 2007, que têm por objectivo a integração ambiental e urbanística daquela entidade no concelho de Matosinhos.

No que toca agora às transferências correntes, deduzidas as transferências da administração Central – FEF, FSM e Participação no IRS –, perfazem 2.051.656 euros. Neste capítulo justificar-se-ão algumas referências: acordo de cooperação pré-escolar, programa de generalização do ensino de inglês e outras actividades de enriquecimento curricular e de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo, comparticipação dos encarregados

de educação no serviço de refeições dos alunos e comparticipação da DGAL nos encargos com transportes escolares.

Sem uma referência exaustiva a todas as iniciativas, cremos contudo ter destacado os contributos mais importantes do ponto de vista financeiro, incluídos no orçamento para 2008, muito em particular os que se prendem com a receita alheia, cujo expressão percentual, como já se referiu não irá além dos 25,4% da receita total.

2. DESPESA PREVISIONAL

2.1 - Critérios adoptados na projecção dos valores da despesa

A previsão das despesa para 2008, resultará, em parte, da consideração das obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem, naturalmente, as despesas obrigatórias, como sejam as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida, bem como as opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco de acções constante das Grandes Opções do Plano. Subsidiariamente, um grande número de despesas, que cobrem as necessidades de funcionamento da Edilidade, foram estimadas tendo, sobretudo, em consideração não só os valores históricos que se têm observado nos últimos anos, como também a sua pertinência no quadro de uma gestão progressivamente mais eficaz.

2.2 – Estrutura

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	71.511.761,69	56,9
01 Despesas com o Pessoal	24.399.135,51	19,4
02 Aquisição de Bens e Serviços	35.320.303,66	28,1
03 Juros e Outros Encargos	1.095.436,83	0,9
04 Transferências Correntes	6.223.585,56	5,0
05 Subsídios	1.823.242,63	1,5
06 Outras Despesas Correntes	2.650.057,50	2,1
Despesas de Capital	54.175.054,31	43,1
07 Aquisição de Bens de Capital	45.215.283,21	36,0
08 Transferências de Capital	4.812.957,00	3,8
09 Activos Financeiros	100.003,00	0,1
10 Passivos Financeiros	4.046.810,10	3,2
11 Outras Despesas de Capital	1,00	0,0
Total da Despesa	125.686.816,00	100,0

Dado o princípio do equilíbrio orçamental, a despesa total orçada para 2008 ascende a 125.686.816 euros.

De acordo com a tradicional classificação económica, o quadro anterior revela uma presença maioritária das despesas correntes, com uma percentagem de 57% do valor global da despesa. O Investimento directo, cerca de 45,2 milhões de euros, tem um peso de 83% no conjunto das Despesas de Capital, representando cerca de 36% dos recursos financeiros definidos a despendar em 2008. Contudo, em rigor, o investimento total previsto (directo e indirecto), financiado pelo presente orçamento deverá ascender 50.028.240 euros, acréscimo

que resulta das dotações atribuídas às transferências de capital. Assim encarado, o investimento total representará cerca de 40% da despesa total. Por outro lado, a dotação atribuída aos Passivos Financeiros representa cerca de 3% da despesa total.

No que respeita à componente corrente da despesa, sobressaem aqui dois pólos que, do mesmo modo, se demarcam dos restantes itens desta classe. Trata-se, como é bem visível no quadro anterior, das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços Correntes, representando no seu conjunto 47,5% da despesa.

Os restantes itens da despesa corrente absorvem claramente menos recursos. De facto, tanto o capítulo dos Juros e Outros Encargos, Outras Despesas Correntes, Transferências e Subsídios, cuja expressão orçamental os situa à volta dos 9,4%, remetem-se para um plano secundário no contexto desta análise.

Terá porventura razão de se determinar, ainda que de uma forma aproximada, o montante de recursos que se prevê seja destinado ao funcionamento dos Serviços. Como se depreende incluir-se-ão aqui a generalidade das despesas, de cariz corrente, que asseguram o seu exercício.

Ainda que de forma aproximada, como atrás referimos, este valor poderá ser alcançado pelo quadro seguinte, onde se repartem os recursos por entre as Grandes Opções do Plano e por todas as restantes despesas que não têm esse enquadramento. Deste modo, para além das despesas de funcionamento será possível quantificar o peso relativo das duas componentes das Grandes Opções do Plano, observando inclusivé, para cada caso, os capítulos de Classificação económica responsáveis por tais valores.

(Un: Euros)

Agregação	Capítulos	Afecto exclusivamente ao orçamento	Afecto exclusivamente ao Plano
Funcionamento	Despesas com o Pessoal	24.269.135,51	130.000,00
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	8.283.383,00	27.036.920,66
	Outras Despesas Correntes	2.490.150,00	159.907,50
Investimento	Aquisição de Bens de Capital		45.215.283,21
	Transferências de Capital	2,00	4.812.955,00
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	1.095.436,83	0,00
	Passivos Financeiros	4.046.810,10	0,00
Outras Despesas	Transferências Correntes	109.002,00	6.114.583,56
	Subsídios	0,00	1.823.242,63
	Activos Financeiros	0,00	100.003,00
	Outras Despesas de Capital	1,00	0,00
Total da Despesa		40.293.920,44	85.392.895,56

Como é sabido, alguns capítulos da despesa estão maioritariamente ou exclusivamente ligados a uma ou outra categoria. As despesas com pessoal bem como o investimento directo e indirecto (Transferências de Capital) são disso exemplo.

Assim, ao Plano Plurianual de Investimentos, estão atribuídas as dotações constantes dos capítulos do Investimento e dos Activos Financeiros; nas despesas de funcionamento, predominam naturalmente as despesas com pessoal e do serviços da dívida, bem como uma parcela das Aquisições de Bens e Serviços; ao Plano de Actividades estarão sobretudo afectas as dotações das Transferências e das Aquisições e Serviços.

Tendo presentes estas considerações, conclui-se facilmente que os encargos de funcionamento representam, aproximadamente, 32% da despesa orçada, o PPI 36% e, finalmente, o PAM 32%.

3. POUPANÇA CORRENTE

Da análise da estrutura orçamental descrita, resulta que o financiamento da despesa de capital será previsivelmente feita do seguinte modo:

(Un: Euros)	
Designação	Valor
Investimento (a)	50.028.240,21
1 - Receitas de Capital	29.903.318,00
Vendas de Bens de Investimento	14.000.010,00
FEF (Capital)	2.626.490,00
FEDER	5.159.919,00
Outras Transferências de Capital	6.000.015,00
Passivos Financeiros	2.110.000,00
Activos Financeiros	1,00
Outras Receitas de Capital	6.883,00
2 - Poupança Corrente	24.271.736,31
3 - Outras Receitas	0,00
Total Fontes de Financiamento (1+2+3)	54.175.054,31
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	92,35%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Como se poderá verificar, a poupança corrente (diferencial entre receitas e despesas correntes) ascende a 24.271.736 euros e sobressai manifestamente no conjunto das restantes fontes de financiamento das despesas de capital, representando cerca de 45% do seu valor.

4. DESPESAS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO - LIMITES

No que respeita a este ponto referimos simplesmente que os valores projectados para 2008, sugerem que os limites em questão não venham a ser violados.

Como é sabido, estes limites estão indexados a valores observados no ano económico anterior. O limite a observar para as Despesas com Pessoal é função da receita corrente verificada na Gerência anterior. Tendo em conta as despesas com pessoal projectadas quer pela Câmara de Matosinhos, quer as da LIPOR, e as receitas correntes efectivamente recebidas até meados de Dezembro de 2007 pela nossa autarquia, o custo com pessoal dos quadros cifra-se em cerca de 33% do limite imposto por lei, enquanto que os do pessoal em qualquer outra situação não atingem sequer 21% do limite legalmente instituído.

(Un: Euros)

Class. Económica	Câmara	LIPOR	Total
Custos com Pessoal do Quadro	16.048.205,00	201.882,47	16.250.087,47
010103 - Pessoal Quadro - Regime da Função Pública	12.232.001,00	200.052,07	12.432.053,07
010104 - Pessoal Quadro - Reg. Contrato Individual de Trabalho	0,00		0,00
010108 - Pessoal aguardando aposentação	12.000,00		12.000,00
01011002 - Gratificações - Pessoal do Quadro	0,00		0,00
01011301 - Subs. Refeição - Pessoal do Quadro	1.011.601,00		1.011.601,00
01011401 - Subs. Férias e de Natal - Pssoal do Quadro	2.293.001,00		2.293.001,00
010115 - Remunerações por doença e Maternidade/Paternidade	499.602,00	1.830,39	501.432,39
(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2005			47.977.426,69
Custos com Pessoal em qualquer outra situação	2.212.435,26	291.559,87	2.503.995,13
010105 - Pessoal além dos Quadros	0,00	93.127,03	93.127,03
010106 - Pessoal contratado a termo	1.086.510,00	66.589,45	1.153.099,45
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	901.506,00	26.717,93	928.223,93
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	31.888,12	0,00	31.888,12
01011002 - Gratificações - Outros	0,00	0,00	0,00
01011302 - Subs. Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	130.021,14	43.610,61	173.631,75
01011402 - Subs. Férias e de Natal - Pess. qualquer outra sit.	62.510,00	61.514,85	124.024,85
Limite = 25% de (A)			11.994.356,67

No que respeita ao endividamento, a situação afigura-se igualmente segura. De facto, apesar das medidas que têm vindo a ser tomadas desde 2002, com vista à redução do défice público, os encargos que actualmente se perspectivam ficam aquém dos limites estabelecidos.

Embora os parâmetros envolvidos, quer no caso do endividamento, quer no caso dos custos com pessoal, não sejam ainda integralmente conhecidos, sugerem, contudo, que se estará abaixo dos valores legais.

5. FINANCIAMENTO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das Grandes Opções do Plano, donde constam as principais funções, impostas pelo Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, podendo-se, através dele, verificar que a totalidade de fundos, desde já, assegurados e por isso afectos a acções definidas ascendem a 85.392.896 euros. Paralelamente, verifica-se que o financiamento de algumas outras ainda não está assegurado, cerca de 34.009.763 euros, pelo que a sua inclusão fica dependente de fundos cuja realização não está garantida em absoluto, muito embora existam fundadas razões para supor que tal venha acontecer.

(Un: Euros)

Designação	Valor
Dotação Global do Plano	119.402.658,59
Receitas Orçadas	125.686.816,00
Encargos de Funcionamento	40.293.920,44
Financiamento assegurado	85.392.895,56
Financiamento a assegurar	34.009.763,03

Para esse efeito haverá, por um lado, um saldo inicial de tesouraria e, por outro, financiamentos e contratos de empréstimos a serem aprovados que rondam, no seu cômputo, este último valor, permitindo que na gerência em apreço, através dos mecanismos das alterações e revisões orçamentais, a sua incorporação permita assegurar e, por isso, viabilizar a execução das acções em causa.

De entre as diversas funções atribuídas às autarquias, foram eleitas como prioritárias, neste orçamento para 2008, as áreas do meio ambiente e conservação da natureza, bem como a dos resíduos sólidos, seguidas de áreas como a cultura, o desporto e infra-estruturas rodoviárias. Também com destacada importância encontram-se a área da administração geral, que contempla a modernização administrativa em curso, que se pretende alargada em 2008, e a educação. Confirmando-se o financiamento para as actividades cujas verbas se encontram a definir, algumas destas áreas (como a educação e as infraestruturas rodoviárias) verão o seu peso relativo duplicar.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Definida		Dotação a Definir		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	8.582.893,71	10,05	3.835.584,03	11,28	12.418.477,74	10,40
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	7.253.643,93	8,49	1.640.584,03	4,82	8.894.227,96	7,45
1.1.1 Administração Geral	7.253.643,93	8,49	1.640.584,03	4,82	8.894.227,96	7,45
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	1.329.249,78	1,56	2.195.000,00	6,45	3.524.249,78	2,95
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	1.071.247,78	1,25	1.995.000,00	5,87	3.066.247,78	2,57
1.2.2 Polícia Municipal	258.002,00	0,30	200.000,00	0,59	458.002,00	0,38
2. Funções Sociais	56.939.604,75	66,68	13.738.524,00	40,40	70.678.128,75	59,19
2.1.0 Educação	5.630.051,00	6,59	4.390.000,00	12,91	10.020.051,00	8,39
2.1.1 Ensino não superior	3.921.300,00	4,59	4.175.000,00	12,28	8.096.300,00	6,78
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1.708.751,00	2,00	215.000,00	0,63	1.923.751,00	1,61
2.2.0 Saúde	720.000,00	0,84	0,00	0,00	720.000,00	0,60
2.2.1 Serviços individuais de saúde	720.000,00	0,84	0,00	0,00	720.000,00	0,60
2.3.0 Segurança e acção sociais	3.467.635,75	4,06	2.629.000,00	7,73	6.096.635,75	5,11
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	3.467.635,75	4,06	2.629.000,00	7,73	6.096.635,75	5,11
2.4.0 Habituação e serviços colectivos	27.960.890,00	32,74	3.826.374,00	11,25	31.787.264,00	26,62
2.4.1 Habituação	421.015,00	0,49	1.281.374,00	3,77	1.702.389,00	1,43
2.4.2 Ordenamento do território	3.290.665,00	3,85	206.000,00	0,61	3.496.665,00	2,93
2.4.3 Saneamentos	800.001,00	0,94	150.000,00	0,44	950.001,00	0,80
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	11.533.500,00	13,51	0,00	0,00	11.533.500,00	9,66
2.4.6 Protecção do meio ambiente	11.915.709,00	13,95	2.189.000,00	6,44	14.104.709,00	11,81
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	19.161.028,00	22,44	2.893.150,00	8,51	22.054.178,00	18,47
2.5.1 Cultura	10.051.014,00	11,77	1.588.150,00	4,67	11.639.164,00	9,75
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	9.110.014,00	10,67	1.305.000,00	3,84	10.415.014,00	8,72
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	13.990.514,91	16,38	14.454.000,00	42,50	28.444.514,91	23,82
3.1.0 Agricultura, pecuária, sylvicultura, caça e pesca	250.002,00	0,29	2.000.000,00	5,88	2.250.002,00	1,88
3.2.0 Indústria e energia	440.000,00	0,52	0,00	0,00	440.000,00	0,37
3.3.0 Transportes e comunicações	8.819.299,91	10,33	8.105.000,00	23,83	16.924.299,91	14,17
3.3.1 Transportes rodoviários	8.819.299,91	10,33	8.105.000,00	23,83	16.924.299,91	14,17
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	3.929.009,00	4,60	3.699.000,00	10,88	7.628.009,00	6,39
3.4.1 Mercados e feiras	1.223.002,00	1,43	1.235.000,00	3,63	2.458.002,00	2,06
3.4.2 Turismo	2.706.007,00	3,17	2.464.000,00	7,24	5.170.007,00	4,33
3.5.0 Outras funções económicas	552.204,00	0,65	650.000,00	1,91	1.202.204,00	1,01
4. Outras Funções	5.879.882,19	6,89	1.981.655,00	5,83	7.861.537,19	6,58
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	5.384.874,19	6,31	1.825.655,00	5,37	7.210.529,19	6,04
4.3.0 Diversas não especificadas	495.008,00	0,58	156.000,00	0,46	651.008,00	0,55
Total	85.392.895,56	100,00	34.009.763,03	100,00	119.402.658,59	100,00